Damares Araújo Teles

A INFÂNCIA E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS



Atena Editora

Ano 2023

Damares Araújo Teles

A INFÂNCIA E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS



Atena Editora

Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Camila Alves de Cremo
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Thamires Camili Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

A infância e seus múltiplos sentidos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: A autora
Autora: Damares Araújo Teles

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A infância e seus múltiplos sentidos / Damares Araújo Teles. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2110-8
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.108230401

1. Educação infantil. I. Teles, Damares Araújo (Autora). II. Título.

CDD 372.21

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O livro "Educação Infantil: a infância e seus múltiplos sentidos" faz uma análise da história da infância, explorando as diferentes percepções sobre as crianças ao longo do tempo. A visão da criança como um "adulto em miniatura" revela muito sobre como eram tratadas e consideradas em épocas passadas, muitas vezes sem reconhecer suas necessidades específicas e singularidades.

Além disso, a luta pela garantia dos direitos das crianças é um tema importante e em constante evolução. Ao longo da história, houve uma crescente conscientização sobre a importância de reconhecer e proteger os direitos das crianças, permitindo-lhes um ambiente seguro, acesso à educação, saúde e participação na sociedade.

Os estudos da Sociologia da Infância oferecem uma perspectiva valiosa sobre como as crianças são vistas e compreendidas na sociedade, considerando suas próprias experiências, perspectivas e formas de interação com o mundo ao seu redor. E ajudaram no reconhecimento da criança como sujeito ativo, fornecendo contribuições sobre como as crianças vivenciam e constroem sua própria realidade. Também auxiliaram nesse reconhecimento, fornecendo contribuições sobre como as crianças vivenciam e constroem sua própria realidade. Essa abordagem é essencial para compreender a infância de maneira mais holística e inclusiva.

Além disso, o livro oferece um amplo panorama sobre a Educação Infantil, abordando desde os documentos que direcionam essa etapa educacional até as políticas públicas que a implementam. Explorar as contribuições de teóricos renomados como Wallon, Vygotsky e Piaget oferecerá uma compreensão mais profunda das diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento cognitivo e o aprendizado na infância.

A análise das múltiplas linguagens na educação das crianças é relevante, já que elas se expressam de várias maneiras e é fundamental oferecer oportunidades para que possam se comunicar e aprender por meio de diferentes meios.

Damares Araújo Teles

APRESENTAÇÃO

A evolução da maneira como vemos e tratamos as crianças é fascinante e revela muito sobre as mudanças sociais, culturais e históricas ao longo do tempo. Desde a concepção da criança como um "adulto em miniatura" até o reconhecimento progressivo dos direitos das crianças como indivíduos com necessidades, sentimentos e perspectivas próprias, há um vasto campo de estudo que aborda como a sociedade percebe e interage com suas crianças. Os estudos sociológicos ajudam a desvendar essas dinâmicas e a entender melhor como as experiências na infância impactam o desenvolvimento humano e social. Este livro certamente proporcionará uma visão aprofundada e reflexiva sobre essa temática.

O livro oferece uma visão ampla sobre a Educação Infantil. Explorar os documentos que direcionam as práticas educacionais para as crianças pequenas é crucial para entender as diretrizes e os objetivos. Além disso, analisar as contribuições de teóricos como Wallon, Vygotsky e Piaget oferece aspectos importantes sobre como o desenvolvimento cognitivo e as formas de aprendizagem se manifestam nessa fase da vida. Além disso, especialmente importante é a abordagem das múltiplas linguagens, reconhecendo a diversidade de formas de expressão e aprendizagem das crianças.

Portanto, o livro "Educação Infantil: a infância e seus múltiplos sentidos" aborda um panorama interessante sobre a história e a valorização da infância na educação. É importante entender como, ao longo do tempo, houve uma mudança de percepção sobre a infância, saindo de um período de esquecimento ou falta de destaque para a valorização da criança como um sujeito ativo e participativo na construção cultural e social. Os avanços na legislação também são fundamentais para garantir os direitos e a cidadania das crianças, oferecendo diretrizes e proteções necessárias para seu desenvolvimento adequado.

Damares Araújo Teles

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: A INFÂNCIA

Damares Araújo Teles

Ao longo da história, a educação infantil tem atravessado diversas transformações. Desde a perspectiva equivocada que considerava a criança como um adulto em miniatura, até a atual compreensão e valorização de seu papel como produtora de cultura. Hoje, ela é reconhecida como um sujeito ativo, protagonista de sua própria história. Não mais vista como um ser passivo que apenas absorve as influências do ambiente, a criança é agora entendida como alguém que atua, constrói e recria sua própria existência.

A visão da criança como protagonista remonta a Friedrich Froebel (1782-1852), o educador alemão creditado como o pioneiro dos jardins de infância. Inicialmente chamados de viveiros infantis, esses espaços concebiam as crianças como brotos a serem cultivados, enfatizando a importância do contato contínuo com a natureza. Embora Froebel reconhecesse o papel essencial do professor no desenvolvimento infantil, ele atribuía grande importância ao protagonismo infantil. Froebel destacava que a criança era um agente ativo e central em seu próprio desenvolvimento. Segundo Drouet (1990, p. 13):

> Se se nega à criança condições e oportunidades de desenvolvimento, isto se refletirá nas etapas posteriores de um modo permanente. [...] A infância não é uma fase sem importância na vida: pelo processo de evolução, suas atividades tornam-se cada vez mais diferenciadas.

Froebel sustentava a ideia de reconhecer as crianças como participantes ativos no processo educacional. Ele enfatizava que um desenvolvimento eficaz demandava oportunidades para vivências significativas, desafiando limitações e promovendo um aprendizado genuíno e engajado. As contribuições de Froebel foram cruciais ao defender a necessidade de educar crianças com menos de sete anos, reconhecendo que o investimento educacional desde a infância poderia determinar o êxito ou fracasso no desenvolvimento individual.

Em 1837, o pioneiro jardim de infância foi estabelecido em Blankenburg, marcando um período fundamental na história da educação infantil. As contribuições significativas desse educador não podem ser subestimadas. Suas ideias ecoaram globalmente, impactando inúmeros países, inclusive o Brasil, influenciando profundamente o sistema educacional.

A Revolução Industrial desempenhou um papel importante na história da Educação Infantil, especialmente com a entrada das mulheres nas fábricas, o que levou muitas mães a enfrentarem o dilema de onde deixar seus filhos. Na França, surgiram as “criadeiras” para resgatar crianças das ruas, enquanto no Brasil foi estabelecida a Fundação Romão Duarte de Mello Mattos, conhecida como “Roda”, onde mães solteiras deixavam seus filhos, muitas vezes abandonando-os ali. Embora no Brasil essa instituição não tenha seguido os

princípios de Froebel, esse episódio histórico marcou o início da institucionalização das crianças no país.

A valorização da educação das crianças pequenas e o estabelecimento do primeiro jardim de infância marcaram avanços significativos na história da Educação Infantil. Esses marcos representam um reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida na formação e desenvolvimento das crianças, contribuindo enormemente para o aprimoramento do ensino voltado para essa faixa etária.

É importante ressaltar que muitas dessas instituições tiveram origem com um viés assistencialista, visando atender às necessidades das classes trabalhadoras. Seu propósito principal era oferecer cuidados às crianças, permitindo que as mães pudessem desempenhar suas atividades laborais com mais liberdade e sem preocupações quanto ao cuidado dos filhos. Esse contexto inicial, embora tenha evoluído ao longo do tempo, reflete o surgimento dessas instituições como uma resposta à demanda social por assistência à infância durante períodos de intensa atividade industrial.

"Assim, a criança é tida sempre como um 'vir a ser', e preparada, por meio da escola, para tornar-se gente" (ABRAMOWICZ; VANDENBROECK, 2014, p. 54). Ao longo da história, foi evidente um longo período em que a compreensão da infância e das necessidades específicas das crianças foi negligenciada. O foco predominante era direcionado ao futuro adulto que a criança se tornaria, minimizando a importância e singularidade do período infantil. A ênfase recaía sobre a preparação da criança para seu papel na sociedade adulta, relegando a segundo plano as necessidades e experiências próprias da infância. Esse viés de valorizar apenas o futuro adulto resultou em uma falta de direcionamento específico para atender às demandas e peculiaridades das crianças.

É interessante notar que, conforme descrito pelos autores, até então a criança não era reconhecida como uma identidade própria, mas sim como alguém em potencial, que se tornaria parte da sociedade somente ao se tornar um adulto socialmente reconhecido. A escola desempenhava um papel fundamental nesse processo, sendo vista como a instituição responsável por forjar essa identidade. Ela instruía e orientava a criança, transmitindo os comportamentos considerados socialmente aceitáveis e preparando-a para seu futuro papel na sociedade. Essa percepção enfatizava a importância da educação formal como meio de moldar e integrar a criança ao contexto social mais amplo.

Sem dúvida, Jean-Jacques Rousseau foi um pensador revolucionário no entendimento da infância e da educação. Ele foi um dos precursores a desafiar a visão predominante da época, destacando a criança como um ser dotado de autonomia e habilidades próprias. Sua perspectiva inovadora revolucionou os conceitos educacionais estabelecidos naquele período, ao enfatizar a importância de reconhecer e respeitar a natureza única e singular da infância. Rousseau influenciou profundamente a forma como passamos a entender e educar as crianças, direcionando o foco para suas capacidades individuais e autonomia, moldando assim os rumos da educação pré-escolar e infantil.

De acordo com Drouet (1990, p. 11), “Até a sua época, a criança era considerada um adulto em miniatura. Foi Rousseau quem descobriu a infância, fazendo com que se passasse a pensar na criança como um ser com ideias próprias, diferentes das do adulto”.

Rousseau reconheceu na infância um estágio fundamental para a formação do indivíduo futuro e enfatizou a importância desse período como uma fase de experimentação e aprendizado fundamental. Sua obra “Emílio” foi de extrema importância ao abordar detalhadamente a educação desde os primeiros anos de vida, destacando a necessidade de compreender profundamente as características peculiares dessa fase para garantir uma educação mais eficaz e adequada. Através de suas ideias inovadoras, Rousseau contribuiu significativamente para mudar a perspectiva sobre a infância, direcionando a atenção para a importância do desenvolvimento e da educação nos primeiros anos de vida.

Uma das formas de constatar como a sociedade no século XVII via as crianças como adulto em miniatura é a partir das pinturas que retratam o vestuário das crianças, que era bem semelhante ao dos adultos.

Pinturas desse período, como a obra do artista espanhol Diego Velázquez de 1656, frequentemente retratavam crianças com vestimentas semelhantes às dos adultos, evidenciando a percepção da infância como uma fase em que se esperava que as crianças se assemelhassem aos padrões dos adultos o mais rápido possível. Isso sugere a tendência da época de não distinguir adequadamente a infância como um estágio único e separado da vida adulta, refletindo a concepção predominante de que as crianças deveriam se integrar rapidamente à sociedade adulta.

Ghiraldelli Júnior (2009) destaca a ausência de uma concepção de infância que reconhecesse as crianças em sua singularidade. Naquele período, as crianças eram pressionadas a se assemelharem aos adultos devido às condições e expectativas impostas a elas. Não havia um espaço dedicado ao entretenimento ou a atividades que enfatizassem a importância do momento da infância. Isso sugere que, na ausência de uma percepção específica sobre a infância, as crianças eram direcionadas a se integrarem ao mundo adulto precocemente, sem a valorização de uma fase distinta e adequada para o seu desenvolvimento.

Philippe Ariès, em 1970, trouxe um olhar inovador ao apresentar os resultados de seus estudos sobre a história social da criança, abordando o surgimento da infância como conceito. É crucial considerar que, à medida que a sociedade se desenvolve, evoluções nos aspectos sociais, culturais e econômicos também impactam a compreensão e definição do que é a infância. Esse conceito é dinâmico e suscetível a transformações ao longo do tempo, sendo moldado pelas condições e percepções que variam de acordo com o contexto histórico e as mudanças sociais. Essas evoluções continuadas na sociedade influenciam a maneira como a infância é percebida e valorizada, refletindo as transformações mais amplas que ocorrem na comunidade em geral.

> Criança sempre existiu, mas infância não. O mundo pré-moderno não tem uma noção de infância. Isto é: o mundo pré-moderno não mostra um vestuário próprio para as crianças e não apresenta uma literatura infantil, ao menos no sentido atual, isto é, uma literatura para o entretenimento das crianças enquanto crianças. Também não possui um lugar próprio para as crianças viverem, se educarem etc. Um sinal da inexistência da infância antes da modernidade é que, não raro, nas obras de arte, não se encontram crianças como crianças, mas sim gravuras de adultos em miniatura. Todo esse cenário, no entanto, aproximadamente a partir do século XV, começa a mudar radicalmente. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 17)

Na sociedade moderna, o conceito de infância foi amplamente difundido, mas frequentemente essa visão se restringia às crianças pertencentes à classe média. Isso levou a uma limitação na compreensão da infância, pois não considerava as realidades das crianças de outras classes sociais, que não compartilhavam das mesmas condições privilegiadas. Essa visão, centrada nas crianças da classe média, promovia a ideia de que elas precisavam ser moralizadas, ou seja, controladas para se enquadrarem nos comportamentos tidos como ideais pela sociedade. Além disso, enfatizava-se a necessidade de manter essas crianças como seres ingênuos, demandando uma superproteção.

Ao longo da história, diversos conceitos de infância coexistiram, porém, o conceito ligado à burguesia predominou por um longo período. Houve uma clara distinção na forma como a infância era percebida e tratada dependendo da classe social a que a criança pertencia. Enquanto as crianças da classe média eram alvo de uma superproteção e consideradas dignas de serem preservadas na sua condição infantil, as crianças das classes tidas como inferiores enfrentavam uma realidade oposta.

Infelizmente, para muitas dessas crianças em situação de extrema pobreza e miséria, a infância era retirada prematuramente. Kramer (2007) destaca que elas eram forçadas a trabalhar em fábricas e outros ambientes precários, privadas da oportunidade de vivenciar uma infância adequada e sem os devidos cuidados e proteções. Essa disparidade na experiência infantil reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas que permearam a história, evidenciando a necessidade de uma reflexão sobre a maneira como diferentes estratos sociais encaram e tratam a infância.

No contexto brasileiro, é essencial compreender que o conceito de infância não pode ser uniforme, pois as condições de desigualdade social impactam profundamente a experiência infantil. Infelizmente, essa desigualdade socioeconômica resulta em realidades discrepantes para as crianças no país.

Muitas crianças no Brasil são privadas do direito a uma infância plena devido à distribuição desigual de renda. Isso as leva a serem inseridas precocemente no trabalho infantil, privando-as da oportunidade de viver uma infância saudável, com acesso à educação, lazer e proteção adequada. Essa realidade demonstra como as disparidades sociais afetam drasticamente a vivência da infância, evidenciando a necessidade urgente de políticas e ações que busquem mitigar essa desigualdade e garantir os direitos

fundamentais das crianças em todo o país.

> No Brasil, as grandes desigualdades na distribuição de renda e de poder foram responsáveis por infâncias distintas para classes sociais também distintas. As condições de vida das crianças fizeram com que o significado social dado à infância não fosse homogêneo. (NASCIMENTO, 2007, p. 25)

Até o início do século XX, havia uma grande disparidade no acesso à educação entre as crianças de famílias ricas e as de famílias pobres. As crianças provenientes de famílias abastadas muitas vezes recebiam educação em casa, ministrada por preceptores particulares, enquanto as crianças das famílias mais desfavorecidas eram frequentemente vistas apenas como uma fonte de mão de obra para a sociedade.

Infelizmente, para muitas crianças em situação de pobreza, conforme argumenta Del Priori (2002), o acesso à educação era negado ou extremamente limitado. Elas eram vistas principalmente como trabalhadores potenciais, sendo direcionadas para o trabalho desde tenra idade, o que resultava na falta de oportunidades educacionais. Essa disparidade no acesso à educação refletia as profundas desigualdades sociais presentes na sociedade da época.

Essa realidade persiste nos dias de hoje. Muitas crianças no Brasil continuam sendo privadas do direito fundamental de viver plenamente a sua infância. Ainda enfrentamos situações alarmantes em que crianças são submetidas ao trabalho infantil, obrigadas a contribuir para o sustento familiar em detrimento de sua própria educação e desenvolvimento adequado.

É angustiante observar que algumas crianças são submetidas a situações extremamente precárias, incluindo a exploração nas ruas, sendo forçadas a pedir esmolas ou a desempenhar tarefas que não condizem com a fase natural de suas vidas. Esse contexto resulta na adultização precoce dessas crianças, como se a maturidade lhes fosse imposta antes mesmo de viverem sua infância.

É relevante sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre essa problemática persistente e buscar políticas eficazes para eliminar o trabalho infantil e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma infância segura, digna e plena, com direito à educação, proteção e desenvolvimento saudável. Kramer (2007, p. 15) afirma que “até hoje o projeto da modernidade não é real para a maioria das populações infantis, em países como o Brasil, onde não é assegurado às crianças o direito de brincar, de não trabalhar”.

É essencial que sejam implementadas políticas e ações eficazes para erradicar o trabalho infantil, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma infância segura, saudável e livre para vivenciar o brincar, a aprendizagem e o crescimento em um ambiente adequado para seu desenvolvimento integral.

De acordo com Corsaro (2011, p. 18) “As crianças foram marginalizadas na sociologia devido à sua posição subordinada nas sociedades e às concepções teóricas de infância e de socialização”. Por muito tempo, a criança foi negligenciada nos estudos sociais e na

sociologia. Elas não eram vistas como participantes ativos da sociedade e, portanto, eram frequentemente esquecidas ou deixadas de lado em pesquisas que exploravam a estrutura social.

Essa exclusão das crianças das análises sociológicas resultava em sua marginalização na estrutura social. A falta de consideração pela voz e presença ativa das crianças nas pesquisas contribuiu para a perpetuação de ideias e concepções limitadas sobre elas, seu desenvolvimento e sua infância.

Essas concepções baseavam-se em perspectivas teóricas tradicionais que não reconheciam plenamente a importância da infância como um período significativo no desenvolvimento humano e como uma fase com características próprias que merecem ser compreendidas e respeitadas dentro do contexto social mais amplo. Essa lacuna na compreensão da criança como um agente ativo na sociedade e na pesquisa social teve um impacto duradouro em como as crianças eram percebidas e incluídas nos estudos sociológicos.

Esse modelo tradicional de compreensão da infância a via como um receptáculo passivo da cultura, sem atribuir à criança um papel ativo na produção cultural. Elas eram percebidas como sendo moldadas por influências externas, como se fossem marionetes, sem participação ativa na construção de suas identidades e cultura.

Nesse contexto, o foco principal era instruir as crianças para que pudessem ocupar um lugar na sociedade, visando a manutenção da ordem social vigente. No entanto, havia uma falta de preocupação sobre as estratégias utilizadas no processo de socialização. A expectativa era que as crianças internalizassem passivamente os comportamentos considerados adequados, seguindo as normas sociais estabelecidas, sem questionar ou desafiar esses padrões.

Essa abordagem desconsiderava a capacidade das crianças de contribuir ativamente para a cultura e a sociedade, resultando na perpetuação de uma visão limitada sobre a infância como meras receptoras de conhecimento e normas, ao invés de agentes ativos. Abramowicz e Oliveira (2010, p. 42) destacam que “especialmente a Sociologia da Educação permaneceu durante um longo período presa à definição durkheimiana de imposição dos valores adultos sobre a criança, levando estas a permanecerem no silêncio, mudas.”

No entanto, à medida que a pesquisa científica se aprofundou, emergiu um entendimento mais completo e inclusivo sobre a infância. O novo modo de perceber a criança valoriza seu papel como produtora de cultura, reconhecendo sua capacidade de influenciar ativamente o ambiente ao seu redor, de interagir com o mundo e de contribuir para a construção e transformação cultural.

Essa mudança de paradigma na compreensão da infância levou a um aumento do valor atribuído à educação infantil, destacando a importância de estimular e apoiar o desenvolvimento ativo das crianças desde os primeiros anos de vida. Corsaro (2011, p.

19) enfatiza que “quando aplicadas à sociologia da infância, as perspectivas interpretativas e construtivistas argumentam que as crianças, assim como os adultos, são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada”.

A criança não apenas absorve conhecimentos e aprendizados do meio social, mas também é uma criadora ativa de cultura por meio de suas interações e experiências com outros indivíduos e seu ambiente. Ela contribui ativamente para a formação e transformação do mundo ao seu redor.

A Sociologia da Infância desempenhou um papel fundamental ao trazer à luz essa perspectiva enriquecedora sobre a infância. Por meio de pesquisas, discussões e contribuições significativas, ela possibilitou o reconhecimento da importância da criança como um ser ativo, dotado de direitos e deveres.

Essa visão mais completa da infância destaca a necessidade de reconhecer e respeitar os direitos das crianças, proporcionando-lhes um espaço para serem ouvidas, participarem ativamente na sociedade e serem consideradas como agentes ativos em suas próprias vidas e comunidades. Esse novo paradigma reforça a importância de promover um ambiente que permita às crianças exercerem seu papel ativo na construção cultural e social, valorizando sua voz, suas experiências e sua participação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, v. 35, n. 1, p. 39-52, 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117116990004. Acesso em: 11 maio 2021.

ABRAMOWICZ, A.; VANDENBROECK, M. **Educação infantil e diferença.** São Paulo: Papirus, 2014.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância.** São Paulo: Artmed, 2011.

DEL PRIORI, M. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

DROUET, R. C. R. **Fundamentos da educação pré-escolar.** São Paulo: Ática, 1990.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2009.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. *In:* BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NASCIMENTO, A. M. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. *In:* BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CAPÍTULO 2: A CIDADANIA DA CRIANÇA

Damares Araújo Teles

O reconhecimento da criança e de sua cidadania tem sido um ponto importante nos debates educacionais, especialmente devido aos estudos e avanços na compreensão da infância nos últimos anos. A educação é um direito fundamental que pertence a toda a sociedade, independentemente de cor, classe social, gênero, raça, etnia ou idade.

É essencial reconhecer que o direito à educação de qualidade e gratuita deve ser acessível a todos, incluindo as crianças pequenas. Negar às crianças pequenas o acesso a uma educação adequada é privá-las não apenas de aprendizado, mas também de oportunidades essenciais para seu desenvolvimento integral.

Garantir o acesso à educação desde a primeira infância é fundamental para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Investir na educação das crianças desde cedo não apenas contribui para seu crescimento individual, mas também para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação como um todo.

Cada criança é única e traz consigo suas singularidades, características e necessidades individuais. É essencial reconhecer e valorizar essas diferenças tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Antes, as crianças eram frequentemente desconsideradas e não tinham seus direitos reconhecidos.

O reconhecimento dos direitos da criança representa um avanço significativo para a sociedade. Anteriormente, as crianças eram vistas como seres sem voz, sem participação efetiva na sociedade e frequentemente privadas de seus direitos fundamentais. No entanto, o reconhecimento desses direitos é um grande passo para promover a inclusão, o respeito às diferenças e a garantia de um ambiente que permita a expressão e o desenvolvimento pleno de cada criança, considerando suas particularidades. Essa mudança de perspectiva fortalece a sociedade como um todo, promovendo um espaço mais inclusivo e justo para todos.

As contribuições de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foram significativas para a compreensão da infância e da importância de dar voz às crianças. Ele defendia a necessidade de escutar ativamente as crianças, permitindo que expressassem seus pensamentos e emoções de forma livre e sem restrições. Rousseau enfatizava a importância de reconhecer as crianças como seres autônomos, capazes de ter suas próprias experiências, fantasias, sentimentos e pensamentos.

Essa visão ressalta a necessidade de considerar as crianças como sujeitos de direitos, garantindo-lhes a liberdade de expressão e a oportunidade de participar ativamente da sociedade, sendo ouvidas e respeitadas em suas opiniões. Escutar e valorizar a voz das crianças não apenas promove o desenvolvimento individual delas, mas também fortalece

uma cultura de respeito, inclusão e participação ativa na sociedade. Kramer (1999, p. 272) assegura que "contra essa percepção, que é infantilizadora do ser humano, tenho defendido uma concepção que reconhece o que é específico da infância."

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado em termos de reconhecimento e valorização dos direitos das crianças, especialmente após conquistas democráticas que abriram espaço para discussões e políticas voltadas para grupos considerados minoritários. Esse contexto permitiu uma reflexão mais profunda sobre os direitos das crianças, resultando em avanços significativos na legislação.

Esses avanços têm reafirmado e fortalecido os direitos das crianças, reconhecendo sua importância como sujeitos de direitos e valorizando suas necessidades específicas. Leis e políticas têm sido implementadas para garantir a proteção, o desenvolvimento integral e o acesso a oportunidades adequadas para todas as crianças, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição socioeconômica.

O reconhecimento e a valorização dos direitos das crianças são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária, proporcionando a elas um ambiente seguro, e que promova seu pleno desenvolvimento, contribuindo assim para um futuro mais promissor para o país.

Historicamente, as primeiras iniciativas para reconhecer os direitos das crianças e garantir seu acesso à educação muitas vezes estavam vinculadas a uma abordagem compensatória. Isso significa que a educação era vista como uma forma de compensar as desigualdades e privações culturais e econômicas enfrentadas pelas classes populares.

Essa abordagem compensatória buscava mitigar as disparidades sociais proporcionando educação às classes desfavorecidas como uma espécie de correção das desvantagens impostas pela falta de acesso a recursos e oportunidades educacionais.

No entanto, é importante notar que essa perspectiva compensatória tem suas limitações, pois não aborda as causas subjacentes das desigualdades e muitas vezes não promove uma transformação estrutural significativa na sociedade. Além disso, pode perpetuar estigmas e estereótipos associados a determinados grupos sociais.

É necessário um olhar mais abrangente que vá além da compensação de desigualdades, buscando abordagens mais amplas para garantir um acesso equitativo à educação para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um estudo em 1975, voltado para o reconhecimento da cidadania infantil. Esse estudo destacou o panorama da educação pré-escolar, analisando não apenas a infraestrutura utilizada, mas também os métodos empregados nessa fase educacional. Seu propósito era entender o desenvolvimento da educação pré-escolar e identificar fatores que pudessem impactá-la negativamente. Para isso, um questionário com 35 perguntas foi elaborado, convidando diversos países a avaliar criticamente os serviços oferecidos e sugerir melhorias. Esse estudo marcou um progresso significativo no processo educacional

das crianças, visando proporcionar aprimoramentos para aquelas em idade pré-escolar com base nos resultados obtidos.

Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi um marco ao reconhecer os direitos fundamentais das crianças. É um dos instrumentos legais mais importantes no reconhecimento das crianças como cidadãs ativas e não simples observadoras, mas como protagonistas de seus próprios direitos. Seu impacto foi global, influenciando a vida de crianças em todo o mundo. Essa convenção estimulou diversos países a avançarem na implementação de novas políticas voltadas para as crianças, resultando na mudança de leis que antes excluíam a participação infantil. Agora, essas leis se abrem para reconhecer e garantir os direitos das crianças.

"O direito da criança de ser ouvida e de ter as suas opiniões respeitadas em assuntos que lhe dizem respeito está assegurado em diversos dispositivos da Convenção e é considerado um de seus princípios mais importantes" (UNICEF, 2019, p. 9). O documento comemorativo dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança destaca a discussão fundamental sobre o direito das próprias crianças terem direitos. Essa convenção foi essencial para promover e proteger os direitos infantis.

A Constituição Federal do Brasil (1988) já evidenciava a importância da educação infantil. O texto constitucional destacava a necessidade de atendimento para crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. Mais tarde, em 2006, com a redação proporcionada pela Emenda Constitucional nº 53, a Constituição Federal reafirmou a importância da educação infantil nessas instituições, agora direcionando-se para crianças de zero a cinco anos de idade.

Reforçar a importância da Educação Infantil na Constituição é um indicativo de progresso social, mostrando um reconhecimento crescente da importância da infância. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 destaca que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, s.p.)

A Constituição, ao ressaltar uma gama de direitos essenciais para as crianças, reitera que a sociedade não deve enxergá-las como seres passivos, destituídos de cultura ou sem acesso aos direitos de cidadania. Pelo contrário, as crianças são cidadãs que merecem pleno reconhecimento e consideração.

Um ponto importante na história do reconhecimento da cidadania infantil é o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que assegura os direitos fundamentais desses grupos. Dentro desses direitos está a busca por uma educação acessível a todos.

Em 1993, o Ministério da Educação começou a debater a formulação de políticas

públicas direcionadas à educação, com foco na elaboração de um documento abrangente que englobasse a Educação Infantil. Este esforço visava estabelecer diretrizes gerais para uma política educacional voltada às crianças pequenas. Em 1994, o MEC reconheceu a importância fundamental da educação na promoção da cidadania. Foi reconhecido também o significado relevante da infância, um período que merece ser preservado e enriquecido. Esse reconhecimento marcou o início de amplos debates para desenvolver tal política educacional.

> As organizações participantes da Comissão Nacional de Educação Infantil apoiaram, a partir de sua instituição, a divulgação em todo o País, da política proposta pelo MEC, processo que culminou com a realização, em Brasília, em agosto de 1994, do I Simpósio Nacional de Educação Infantil. Nesse evento, que também foi preparatório para a Conferência Nacional de Educação para Todos, aprovou-se a proposta do MEC como documento definitivo da Política Nacional de Educação Infantil. (BRASIL, 1994, n.p.)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, surgiu como um marco importantíssimo na legislação educacional, abordando diversos aspectos que envolvem a educação em seu conjunto. Em seu Título III, a lei trata do direito à educação e do dever de educar, com destaque para o artigo 4º, inciso II, que estabelece a gratuidade da educação infantil para crianças de até 5 (cinco) anos de idade. Essa disposição foi significativa para garantir o acesso das crianças a essa etapa fundamental da educação.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, o artigo 2º reconhece o direito à educação das crianças: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Essas leis e documentos desempenharam um papel fundamental no reconhecimento da cidadania infantil, e sua relevância continua sendo importante nos discursos e debates atuais. Assim, é essencial enfatizar constantemente a importância de considerar e defender os direitos das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ l8069.htm>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Política Nacional de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

KRAMER, S. *et al.* (Orgs). **Infância e educação infantil.** Campinas-SP: Papirus, 1999.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança:** avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019.

CAPÍTULO 3: AS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA

Damares Araújo Teles

Os relatos de professores da Educação Infantil sobre suas memórias de infância carregam uma relevância imensa. Queirós (1997) aborda em sua reflexão sobre a memória, que rememorar é reviver as sensações e experiências do passado. Ao compartilharem suas memórias, os professores não apenas contam histórias, mas também trazem à tona vivências que influenciam suas práticas educacionais. Essas lembranças possibilitam uma conexão mais profunda com as experiências das crianças, permitindo uma compreensão mais empática e sensível do universo infantil.

Pena (2016, p.126) destaca que cada indivíduo traz sua visão de mundo por meio de sua história e memória. Essa perspectiva enfatiza como as experiências pessoais moldam a maneira como vemos e interpretamos o mundo ao nosso redor. Nossa história e memórias, ao influenciarem nossa percepção, desempenham um papel fundamental na construção de nossa visão de mundo única e pessoal:

> A compreensão de que os professores vão se formando em contextos e tempos diversos fundamenta a necessidade de criar um espaço de diálogo com esses profissionais, para que através da linguagem seja possível recriar o elo que se perde quando os homens são transformados em meros reprodutores e consumidores, reassumindo o lugar de autores da própria vida. Ao narrar, as pessoas deslocam-se do lugar da vivência, das comunicações instantâneas e recuperam a capacidade de contar experiências. Dessa forma, a narrativa se associa com a memória, com a oportunidade de deixar marcas.

Os professores da Educação Infantil têm um papel importante ao expressarem os sentimentos e reflexões oriundos de sua experiência docente. Ao compartilharem suas vivências, tanto os sucessos quanto os desafios, contribuem não só para o entendimento das práticas pedagógicas, mas também deixam um legado na história. Seus relatos não apenas enriquecem as narrativas da Educação Infantil, mas também revelam as marcas e memórias que esses educadores deixam por meio de suas práticas e discursos, influenciando gerações futuras de profissionais na área:

> Quando as professoras falam de suas infâncias – assim como observei nas crianças na creche –, suas lembranças remetem a um duplo sentimento, que revela, igualmente, tristezas e alegrias, limites e possibilidades de expressão da vida e de suas relações. Se, por um lado, uma idealização de suas infâncias marca seus discursos, de outra forma, sua narrativa vai absorvendo uma expressão concreta, tornando possível resgatar dimensões que, entrecruzam tempos históricos singulares. Mesmo em cortes temporais demarcados e em contextos sociais muito distintos, infância das professoras e infância das crianças da creche, em diferentes perspectivas, apresentam sutis e significativas continuidades. A narrativa da infância das professoras, sua percepção e apropriação remetem à leitura da infância das crianças de hoje, que, ao emergir, abre caminhos para um outro olhar e compreensão

pelas professoras. (DEBORTOLI, 2004, p. 135)

Ao rememorar suas próprias infâncias, os professores da Educação Infantil conseguem reconhecer, por meio de situações vivenciadas, a importância dos adultos nas relações com as crianças. Eles compreendem a relevância vital de sua própria atuação no desenvolvimento infantil, percebendo os significados e a qualidade das intervenções que realizam. Através de seus relatos, os professores evidenciam como as diversas experiências na Educação Infantil contribuem para um processo de formação rico e significativo. Ao trazerem à tona essas memórias, reforçam a importância de proporcionar às crianças experiências valiosas e um processo de ensino-aprendizagem eficaz e impactante.

Discutir sobre as memórias de infância é crucial, principalmente considerando a capacidade das crianças de perceber e atribuir significado ao mundo ao seu redor, bem como às experiências que vivenciam. Gradualmente, elas constroem suas memórias, e cada aspecto do cotidiano é encarado como algo único, a ser explorado e compreendido. Essas experiências se tornam incrivelmente relevantes e significativas para o desenvolvimento e a compreensão infantil do mundo.

As memórias desempenham um papel essencial no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento infantil. O professor na Educação Infantil atua como um mediador, encarregado de criar experiências estimulantes e significativas que alimentem a construção da memória na criança. Esse professor, que também foi criança, recorda experiências significativas de sua própria infância, compreendendo a importância dessas vivências.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar a necessidade de proporcionar uma variedade de estímulos às crianças. Diferentes estratégias de aprendizagem devem ser desenvolvidas para estimular a formação de novas conexões neurais nas crianças, promovendo um ambiente educacional rico e diversificado. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

“Os primeiros anos de vida, de fato, são os mais críticos para essa configuração do cérebro: quanto mais estímulos o cérebro da criança recebe, mais caminhos neurais são formados”. (CALL; FEATHERSTONE, 2013, p. 13)

Call e Featherstone (2013) destacam a importância das novas conexões neurais no processo de aprendizagem e memorização eficazes. Essas conexões neurais permitem que as crianças absorvam informações de maneira mais eficiente e retenham o conhecimento adquirido. A formação dessas conexões ocorre quando as crianças são expostas a uma variedade de estímulos e estratégias de aprendizagem, o que enriquece seu repertório cognitivo e promove uma compreensão mais profunda dos conteúdos. Esse processo de conexão e assimilação é essencial para um aprendizado significativo e duradouro.

“O objetivo é fazer com que as crianças, a partir de ambientes estimulantes,

aprendam naturalmente. Assim, devem-se desenvolver aspectos específicos como: curiosidade, desafio, fantasia e controle" (CALL; FEATHERSTONE, 2013, p. 59). Proporcionar experiências significativas desde os primeiros anos é fundamental para o desenvolvimento da criança. Cada criança é única, com suas próprias características e maneiras de aprender. É importante que tanto os professores quanto os pais reconheçam e respeitem essas especificidades individuais. O ritmo de aprendizagem de cada criança pode variar, e é papel do professor compreender e adaptar sua abordagem pedagógica para atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso cria um ambiente mais inclusivo e eficaz para a aprendizagem, permitindo que cada criança explore seu potencial ao seu próprio ritmo.

É importante adotar uma abordagem pedagógica que reconheça as crianças como protagonistas ativos no processo de ensino e aprendizagem. A infância é um período ~~crucial~~ no qual experiências ricas e significativas devem ser proporcionadas, especialmente nos primeiros anos de vida. Investir em um processo de ensino significativo durante essa fase permite que as crianças construam uma base sólida para seu desenvolvimento futuro, tanto na escola quanto na vida cotidiana.

É fundamental promover um ambiente educacional que valorize e estimule a formação de memórias positivas e enriquecedoras na infância. Essas memórias não apenas contribuem para o desenvolvimento individual das crianças, mas também são peças-chave na construção de suas habilidades e conhecimentos ao longo da vida. Discutir e refletir sobre esses aspectos é essencial para garantir um ambiente educacional que atenda às necessidades e potenciais das crianças, promovendo seu pleno desenvolvimento.

Portanto, é incrível perceber a evolução na compreensão das crianças ao longo do tempo. Elas passaram por um longo caminho até serem reconhecidas como seres ativos e detentoras de direitos. Os estudos da Sociologia da Infância foram essenciais para essa compreensão, evidenciando que a criança não apenas vive a infância, mas também é uma construtora ativa de cultura.

Durante muito tempo, houve a ideia de que a criança era um adulto em miniatura, alguém passivo que apenas recebia influências do ambiente. Contudo, à medida que os estudos avançaram, essa visão foi desconstruída. A criança passou a ser vista como protagonista de sua própria narrativa, não apenas um receptor passivo das circunstâncias, mas um indivíduo ativo, capaz de moldar, construir e reinventar sua própria realidade. Esse reconhecimento da Educação Infantil é crucial para uma visão mais completa e justa da infância, assegurando o respeito e a garantia de seus direitos como sujeitos ativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

CALL, N.; FEATHERSTONE, S. **Cérebro e educação infantil:** como aplicar os conhecimentos da ciência cognitiva no ensino de crianças de até 5 anos de idade. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DEBORTOLI, J. A. O. **Infâncias na creche:** corpo e memória nas práticas e nos discursos da educação infantil – um estudo de caso em Belo Horizonte. 2004. 241 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4999/4999_1.PDF. Acesso em: 7 maio 2021.

PENA, A. C. Histórias de vida de professores homens na educação infantil. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 1, n. 1, p. 118-131, 2016.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Foram muitos, os professores. In: ABRAMOVICH, Fanny (Org.). **Meu professor inesquecível**. São Paulo, Editora Gente, 1997. p. 25-33

CAPÍTULO 4: A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DOCUMENTOS NORTEADORES

Damares Araújo Teles

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas pela Resolução nº 1, de 7 de abril, de 1999 do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Educação Básica, representaram um marco importante na definição dos princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Infantil no Brasil. No entanto, como qualquer documento educacional, elas passaram por revisões e ajustes ao longo do tempo para se manterem relevantes e alinhadas com as demandas contemporâneas da educação.

Essas reformulações visam melhorar a organização dos sistemas de ensino, promover o desenvolvimento de propostas pedagógicas mais adequadas às necessidades das crianças, e aprimorar os métodos de avaliação na Educação Infantil. Essas atualizações são fundamentais para garantir que as diretrizes estejam alinhadas com as mudanças sociais, culturais e educacionais, garantindo uma educação de qualidade e mais adaptada às demandas atuais das crianças e de suas famílias.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 representou uma atualização significativa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ela reforçou o compromisso do Estado em garantir a oferta de Educação Infantil de qualidade, destacando a importância da gratuidade do ensino público nessa fase inicial da educação.

Essas diretrizes enfatizam não apenas a necessidade de disponibilizar a Educação Infantil, mas também a importância de garantir que essa oferta seja de qualidade, abordando aspectos como a formação adequada dos professores, a organização dos ambientes educativos, os métodos pedagógicos e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Esse movimento reforça o compromisso com a educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, reconhecendo a importância fundamental desse período na formação e no desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Curriculares têm como propósito guiar a formulação de propostas pedagógicas tanto para a Educação Infantil quanto para políticas públicas nessa área. Uma das principais concepções ressaltadas é a consideração da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, abrangendo o atendimento às crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas, seja em instituições públicas ou privadas.

Essas diretrizes reforçam a importância de ambientes educacionais que possibilitem o pleno desenvolvimento das crianças nessa faixa etária. A abordagem integral, considerando aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos, é essencial para garantir que as creches e pré-escolas ofereçam um ambiente propício ao crescimento e aprendizado das crianças, independentemente de serem públicas ou privadas. As diretrizes argumentam que "É

obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula (BRASIL, 2010, p. 15).

Além disso enfatizam a concepção da criança como um ser ativo, capaz de se desenvolver progressivamente por meio das interações vivenciadas. Essas interações são fundamentais para que a criança se torne um sujeito de direitos, desenvolvendo sua identidade e construindo-se como um indivíduo único.

Ao realçar essa visão da criança como um ser ativo, as diretrizes reforçam a importância das experiências e das relações sociais e pedagógicas nesse processo de desenvolvimento. Isso enfatiza que a criança não é um receptor passivo de estímulos, mas um agente ativo na construção de sua própria compreensão do mundo, de sua identidade e de sua participação na sociedade. Essa visão ressalta a importância de criar ambientes que favoreçam interações significativas e propiciem o pleno desenvolvimento das crianças.

> Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Essa evolução na concepção da criança representa um marco importante. A valorização e o respeito à criança como um sujeito histórico, reconhecendo suas singularidades, são aspectos fundamentais na legislação e na percepção social. Efetivar os direitos das crianças, garantindo seu acesso e permanência no ambiente escolar, representa um avanço significativo na história da infância.

Durante muito tempo, houve períodos em que a criança e seus direitos foram negligenciados ou esquecidos pela sociedade e pela legislação. No entanto, essa mudança de perspectiva, que reconhece a criança como um sujeito de direitos com singularidades a serem respeitadas, é crucial para a construção de uma sociedade mais justa. Assegurar o acesso e a permanência no ambiente educacional é um passo essencial nesse processo, representando um avanço notável na valorização e no reconhecimento da infância.

Reconhecer o valor do brincar, da imaginação e da fantasia na vida das crianças é fundamental para compreender seu processo de desenvolvimento. Essas atividades não são apenas divertidas, mas são essenciais para o crescimento e a formação das crianças.

Quando as crianças brincam, imaginam e fantasiam, estão ativamente se constituindo como seres que se desenvolvem. Essas ações são vitais para que elas compreendam suas relações com o mundo e com as outras pessoas. Através do brincar, elas experimentam papéis, exploram possibilidades e aprendem a lidar com desafios, construindo habilidades sociais, emocionais e cognitivas fundamentais.

É nesse espaço de imaginação e fantasia que as crianças vivenciam experiências essenciais para a constituição de sua identidade e para a formação como sujeitos históricos. O brincar não é apenas uma atividade lúdica, mas uma parte crucial do processo

de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

As interações e brincadeiras desempenham um papel essencial nas propostas pedagógicas da Educação Infantil. À medida que as crianças interagem umas com as outras, elas aprendem não apenas individualmente, mas também coletivamente sobre o valor do respeito e da valorização das diferenças entre as pessoas.

No contexto coletivo, as crianças têm a oportunidade de fazer descobertas, aprender sobre ética e desenvolver atitudes positivas em relação aos outros indivíduos. Esse ambiente propicia o reconhecimento da diversidade como um elemento constituinte dos grupos sociais. As experiências culturais desempenham um papel fundamental nesse processo, permitindo que as crianças tenham contato com diferentes manifestações culturais e, assim, compreendam e apreciem a diversidade presente na sociedade.

O ambiente escolar e as práticas pedagógicas que incentivam essas interações e experiências culturais ajudam as crianças a desenvolverem habilidades sociais, emocionais e éticas importantes para uma convivência harmoniosa e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças.

As brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento da criança, pois é por meio do ato de brincar que ela explora e compreende melhor a si mesma e o mundo ao seu redor. Durante as brincadeiras, a criança experimenta diversas sensações sensoriais, o que contribui para sua compreensão do ambiente e para a construção do conhecimento sobre o mundo.

Além disso, as brincadeiras permitem que a criança experimente diferentes formas de linguagem e expressão. Elas aprendem a se comunicar e a expressar suas emoções, pensamentos e experiências por meio de gestos, sons, movimentos, e, mais tarde, por meio da linguagem oral e escrita. Esse contato com as diferentes formas de linguagem é crucial para o desenvolvimento da comunicação e expressão da criança, permitindo que ela se comunique de maneiras variadas e amplie suas habilidades de comunicação.

Assim, as brincadeiras não são apenas momentos de diversão, mas são atividades fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico das crianças, fornecendo um terreno fértil para a exploração, aprendizado e expressão.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil abordam o conceito de currículo nesse contexto educacional. Elas fornecem direcionamentos e orientações sobre como organizar e estruturar o currículo para as crianças nessa fase inicial da educação.

O conceito de currículo na Educação Infantil não se restringe apenas a um conjunto de disciplinas ou atividades formais, mas abrange um conjunto mais amplo de experiências e interações planejadas e intencionais. Esse currículo considera o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos.

As Diretrizes Curriculares orientam sobre como o currículo deve ser elaborado, destacando a importância de práticas pedagógicas que promovam o brincar, as interações sociais, o desenvolvimento da linguagem, o estímulo à curiosidade e à investigação, entre

outros aspectos. Essas orientações visam garantir uma abordagem pedagógica mais adequada às necessidades e características das crianças nessa fase inicial da educação.

> Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 12)

Essa concepção de currículo na Educação Infantil, que valoriza e reconhece os conhecimentos e experiências das crianças, é fundamental. É importante ressaltar que as crianças não são simples receptáculos vazios, mas sim indivíduos que já possuem conhecimentos, aprendizados e experiências provenientes de seu convívio e interações cotidianas.

Esses conhecimentos prévios adquiridos pelas crianças a partir de suas vivências são extremamente relevantes para seu desenvolvimento. É por meio dessas experiências que elas constroem sua compreensão do mundo, desenvolvem habilidades sociais, cognitivas e emocionais, e constroem sua identidade.

Além disso, é crucial destacar a importância dos adultos e de outros sujeitos significativos na vida das crianças. Esses indivíduos atuam como mediadores no processo de internalização das experiências, auxiliando as crianças a darem significado às suas vivências, ampliarem seus conhecimentos e desenvolverem suas habilidades.

Portanto, a valorização dos saberes e experiências das crianças, aliada à compreensão do papel dos adultos como mediadores, contribui significativamente para um currículo, que reconhece e respeita a diversidade de vivências e saberes das crianças na construção de seu conhecimento e identidade.

A compreensão atual reconhece a criança como um ser ativo, capaz de construir, interpretar e interagir com o mundo ao seu redor. Ela é vista como um sujeito ativo em seu próprio desenvolvimento, que contribui significativamente para sua aprendizagem e formação. Essa nova perspectiva enfatiza a importância de respeitar, valorizar e promover a autonomia, a criatividade e a participação das crianças em seu processo de crescimento:

> O conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social, ampliando gradativamente o campo de sua curiosidade e inquietações, mediada pelas orientações, materiais, espaços e tempos que organizam as situações de aprendizagem e pelas explicações e significados a que ela tem acesso. (BRASIL, 2013, p. 86)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica (PCNs) enfatizam a importância do reconhecimento dos conhecimentos prévios das crianças na construção de um processo de ensino e aprendizagem significativo. Compreender que desde cedo as crianças atribuem significado às experiências vivenciadas é fundamental para reconhecer sua condição como sujeitos ativos na construção de conhecimento e cultura.

Valorizar e explorar os saberes que as crianças já possuem é relevante para criar uma abordagem educacional que respeite e estimule o interesse delas, pois isso promove um ensino mais contextualizado e relevante. Ao partir dos conhecimentos prévios das crianças, os professores podem criar estratégias pedagógicas que se conectem com suas experiências e interesses, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e engajador.

Ao despertar a curiosidade das crianças e estimulá-las de formas diversas, os educadores contribuem para um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, inclusivo e que promove o desenvolvimento integral dos pequenos, respeitando sua individualidade e fortalecendo sua autonomia na construção do conhecimento.

A contextualização do conteúdo educacional com a realidade cotidiana da criança é essencial para um processo de ensino e aprendizagem eficaz. Ao conectar os novos conteúdos com experiências vividas no dia a dia da criança, o professor possibilita que o aprendizado seja mais significativo, facilitando a compreensão e promovendo o engajamento no processo educacional.

Além disso, encorajar a criança a se posicionar criticamente e expressar suas opiniões sobre os temas abordados não apenas dá voz a ela, mas também a reconhece como um sujeito ativo e participativo em seu próprio aprendizado. Isso estimula o pensamento crítico, a autonomia e o desenvolvimento da capacidade de expressão, habilidades fundamentais para sua formação como cidadão ativo e consciente.

Respeitar os direitos da criança de expressar suas ideias e pontos de vista contribui não apenas para o enriquecimento do ambiente educacional, mas também para o fortalecimento da identidade, confiança e participação ativa da criança em seu processo educativo.

A compreensão do desenvolvimento integral da criança é um ponto fundamental no conceito de currículo na Educação Infantil. Isso implica abandonar a visão fragmentada da criança, considerando-a em sua totalidade e reconhecendo a importância de desenvolver todos os aspectos de sua personalidade e potencialidades.

O currículo que busca o desenvolvimento integral da criança não se limita apenas ao aspecto cognitivo, mas abrange também o emocional, afetivo, físico, social e moral. Reconhece-se que todas essas áreas são inter-relacionadas e igualmente importantes para a formação global da criança.

Além disso, a ideia de indissociabilidade entre o educar e o cuidar ressalta que o ambiente educacional não se resume apenas à transmissão de conhecimentos, mas também engloba o cuidado, a atenção e o suporte emocional e afetivo. Educar e cuidar são processos que se entrelaçam, sendo igualmente relevantes para o desenvolvimento saudável e integral da criança.

Ao integrar esses aspectos no currículo da educação infantil, os educadores reconhecem a importância de oferecer um ambiente acolhedor, que promova não apenas o

aprendizado, mas também o bem-estar emocional, social e físico das crianças, contribuindo para uma formação mais completa e equilibrada.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil é um documento fundamental, pois nele são definidas as diretrizes, metas e princípios que nortearão o processo educativo nessa etapa da educação.

É importante que o PPP contemple não apenas objetivos pedagógicos, mas também aspectos éticos, políticos e estéticos. Esses princípios são fundamentais para garantir uma educação que vá além do ensino de conteúdos específicos, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

Valorizar a autonomia da criança, respeitar suas singularidades e diferenças, reconhecer seus direitos, estimular seu pensamento crítico e promover sua criatividade são pontos essenciais que devem estar presentes no PPP. Isso permite que a instituição educacional esteja comprometida não apenas com o ensino, mas com a formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de se expressar, interagir e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Ao estabelecer princípios éticos, políticos e estéticos no PPP, a instituição demonstra seu compromisso com uma educação inclusiva, democrática e que considera as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil. Esses princípios guiam as práticas pedagógicas, a relação entre educadores e crianças, e contribuem para a construção de um ambiente educacional mais rico e estimulante. As instituições de educação infantil têm uma função primordial não apenas na formação educacional das crianças, pois também desempenham papéis sociais, políticos e pedagógicos significativos.

Elas devem garantir condições apropriadas para que todos os direitos das crianças sejam atendidos de forma igualitária, sem discriminações ou privilégios baseados em classe social, etnia, gênero ou qualquer outra característica. Isso implica em proporcionar um ambiente inclusivo, que respeite e valorize a diversidade, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Além disso, essas instituições têm o dever de oferecer recursos adequados para o desenvolvimento integral das crianças, tanto no aspecto educacional quanto no cuidado e na proteção. Isso inclui infraestrutura física adequada, materiais pedagógicos, profissionais capacitados e um ambiente seguro e estimulante.

Ao cumprir esses requisitos, as instituições de Educação Infantil desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, investindo no potencial de cada criança, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional-,Art.,sua%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho. Acesso em: 7 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CAPÍTULO 5: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA

Damares Araújo Teles

O reconhecimento legal da necessidade de oferecer Educação Infantil em creches e pré-escolas marcou a compreensão da identidade das crianças e sinalizou o início da implementação de políticas públicas voltadas para a infância. No entanto, inicialmente, havia uma segmentação entre as crianças baseada em suas classes sociais. Aquelas pertencentes às classes menos favorecidas recebiam uma educação que priorizava apenas o cuidado, numa abordagem assistencialista. Não se tinha a intenção inicial de proporcionar uma educação completa para essas crianças.

Nas famílias de classe mais favorecida, as crianças eram destinadas à educação, recebendo um tipo de ensino que favorecia seu desenvolvimento intelectual. Este contraste revela que, durante muito tempo, no processo de reconhecimento dos direitos das crianças, existiu uma disparidade. Certos tipos de crianças recebiam privilégios, enquanto outras eram menosprezadas, consideradas incapazes de receber uma instrução intelectual que as preparasse para as fases posteriores da escolarização.

Entretanto, movimentos internacionais influenciaram também os movimentos nacionais em nosso país. A Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1959, representou a defesa enfática dos direitos das crianças e o reconhecimento da necessidade de atender a sua integralidade. A declaração ressalta a proibição de qualquer forma de negligência em relação à criança.

Reafirma-se, mais uma vez, que é imprescindível respeitar e assegurar a cidadania da criança, independentemente de sua classe social, etnia, raça, cor ou quaisquer outras características. Anteriormente, as crianças pertencentes a classes desprivilegiadas eram privadas do direito à infância, muitas vezes iniciando o trabalho ainda na fase infantil. Por isso, essa declaração ressalta que a criança não deve exercer qualquer atividade laboral com vínculo empregatício antes de atingir a idade mínima e adequada para tal. Em outras palavras, proíbe-se a exploração do trabalho infantil, garantindo que sua integridade física, moral e intelectual não seja comprometida.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 8.069 de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) pela Lei nº 9.394 de 1996 desempenham papéis cruciais como instrumentos legais que reafirmam o reconhecimento das crianças como sujeitos detentores de direitos, especialmente no acesso à educação desde a primeira infância. Esses documentos são fundamentais para estabelecer e direcionar novas políticas públicas voltadas à educação, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento dos estudantes, reconhecendo a importância das creches e pré-escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, considerada a legislação mais abrangente na área educacional, destaca, em seu artigo 29, que a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica. Seu propósito é promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos, abrangendo aspectos físicos, afetivos, intelectuais, linguísticos e sociais, complementando a atuação da família e da comunidade. Essa lei reforça a responsabilidade do Estado em proporcionar condições adequadas para a efetivação do que está preconizado na legislação. Reconhece-se, assim, que a criança demanda um desenvolvimento holístico e que a qualidade educacional desempenha um papel fundamental nesse contexto.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil afirmam que:

> Fica assim evidente que, no atual ordenamento jurídico, as creches e pré-escolas ocupam um lugar bastante claro e possuem um caráter institucional e educacional diverso daquele dos contextos domésticos, dos ditos programas alternativos à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, ou da educação não-formal. Muitas famílias necessitam de atendimento para suas crianças em horário noturno, em finais de semana e em períodos esporádicos. Contudo, esse tipo de atendimento, que responde a uma demanda legítima da população, enquadra-se no âmbito de "políticas para a Infância", devendo ser financiado, orientado e supervisionado por outras áreas, como assistência social, saúde, cultura, esportes, proteção social. (BRASIL, 2013, p. 84)

Atualmente, a educação infantil não é mais tratada como desassistida em termos legais. Pelo contrário, a Educação Infantil, assim como outras etapas da Educação Básica, é respaldada pela lei em todos os seus âmbitos, garantindo suporte legal e recursos apropriados para seu pleno desenvolvimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicado em 1998, representou um marco na orientação pedagógica para essa fase educacional no Brasil. Ele buscou estabelecer diretrizes para a prática pedagógica nesse segmento, integrando os Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse documento abordou aspectos como a organização do ambiente, o planejamento de atividades, a importância do brincar no processo de aprendizagem, além de orientações para o desenvolvimento integral da criança.

> Considerando a fase transitória pela qual passam creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, o Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 5)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil não apenas ofereceu orientações pedagógicas fundamentais para creches e pré-escolas, mas também reforçou a importância do conhecimento de mundo, do desenvolvimento pessoal e social das crianças.

Ao fazer isso, proporcionou um embasamento teórico essencial para práticas educativas mais eficazes. Esse referencial também influenciou movimentos em prol da construção e implementação de creches e pré-escolas em todo o país, impulsionando políticas públicas voltadas para a Educação Infantil.

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem um importante papel para o desenvolvimento educacional do país. Ele estabelece metas e diretrizes para a educação em todos os níveis e etapas. No caso da Educação Infantil, algumas metas essenciais incluem a ampliação da oferta de creches e pré-escolas, a melhoria da qualidade do atendimento e o acesso universal para crianças de zero a cinco anos. Essas metas visam garantir o acesso e a qualidade da educação desde a primeira infância, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e abrangente.

> Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, n.p.)

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação é fundamental para garantir o acesso universal à Educação Infantil. Ela enfatiza a importância de não deixar nenhuma criança fora da escola na idade adequada para a educação obrigatória. Uma das estratégias para alcançar essa meta é identificar, por meio de consulta pública às famílias, a demanda por creches. Isso é essencial, pois muitas regiões do país ainda enfrentam carência de creches e pré-escolas para atender a todas as crianças. A ampliação da oferta de creches representa um avanço significativo na garantia do direito à educação desde a primeira infância.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil também representam um marco importante. Publicados inicialmente em 2006 e atualizados em 2018, esses parâmetros estabelecem diretrizes fundamentais para a oferta, organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil. Eles são essenciais para garantir padrões de qualidade na educação, fornecendo orientações importantes para políticas públicas voltadas para a infância. Portanto, todos esses documentos são guias importantes para assegurar que as instituições educacionais ofereçam um ambiente adequado e estimulante para o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

CAPÍTULO 6: ASPECTOS ESSENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Damares Araújo Teles

Os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil definem diretrizes específicas não apenas para o funcionamento pedagógico, mas também para a infraestrutura física das instituições. Isso inclui questões como a adequação dos espaços físicos, a segurança, a higiene, o conforto e a acessibilidade para as crianças. É fundamental garantir que as instalações atendam aos requisitos necessários para proporcionar um ambiente seguro, saudável e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento das crianças durante essa fase tão importante.

O ambiente físico onde as crianças passam seu tempo na Educação Infantil é fundamental para o seu desenvolvimento integral. Espaços bem planejados, com materiais diversificados e adequados à faixa etária, promovem a exploração, a curiosidade e a criatividade das crianças. Ambientes que oferecem estímulos sensoriais, oportunidades de brincadeiras e interações sociais saudáveis contribuem significativamente para o desenvolvimento da autonomia, das habilidades cognitivas e socioemocionais das crianças. É um ponto primordial para a promoção de experiências positivas nessa fase tão importante.

A segurança é essencial, mas criar um ambiente que permita às crianças explorar, experimentar e interagir é igualmente importante. Oferecer espaços ao ar livre, áreas para brincadeiras, materiais diversos e estruturas adequadas estimula a curiosidade, a imaginação e o desenvolvimento motor das crianças. É fundamental encontrar um equilíbrio entre segurança e liberdade para que elas possam aprender e se desenvolver de forma saudável e integral.

> Os espaços físicos garantem a segurança das crianças e, ao mesmo tempo, proporcionam sua autonomia, logo, os ambientes e o mobiliário precisam ser adaptados à sua estatura, sendo acessíveis e permitindo à criança interagir com o Ambiente. (BRASIL, 2018, p. 62)

É importante ter áreas externas bem equipadas para oferecer às crianças um ambiente propício para brincar, explorar e desenvolver suas habilidades. A diversidade de brinquedos e materiais, como escorregadores, balanços, caixas de areia, áreas verdes e estruturas para escalada, estimula a criatividade e o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. É crucial garantir que esses espaços sejam seguros, mas sem perder a diversão e a liberdade de explorar. “Os brinquedos são vistos como material pedagógico de grande relevância para a faixa etária de 0 a 5 anos” (BRASIL, 2018, p. 64). Os brinquedos e recursos pedagógicos são ferramentas fundamentais na Educação Infantil, pois permitem que as crianças explorem, interajam e aprendam de maneira lúdica e criativa. Eles estimulam a

imaginação, a curiosidade e ajudam no desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais das crianças. Ao brincar, as crianças experimentam, descobrem e constroem conhecimento de forma natural e prazerosa.

Um dos requisitos para a garantia da qualidade na Educação Infantil é a formação dos professores. Esses profissionais desempenham um papel vital no desenvolvimento das crianças nessa fase fundamental de suas vidas. Uma formação sólida permite que os educadores compreendam as especificidades do desenvolvimento infantil, promovendo práticas pedagógicas adequadas e estimulantes, levando em conta as necessidades individuais de cada criança. Portanto, a capacitação dos professores é um requisito para garantir a qualidade da educação na primeira infância. Assim, a LDB destaca em seu art. 62:

> A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, n.p.)

A formação inicial dos professores da Educação Infantil deve abranger não apenas os fundamentos teóricos, mas também práticas pedagógicas específicas para essa fase do desenvolvimento. É crucial que os educadores compreendam a diversidade de cada criança, suas necessidades individuais e saibam aplicar estratégias de ensino que sejam adequadas e estimulantes para o progresso de cada uma. Isso inclui ter sensibilidade para as peculiaridades do aprendizado nessa faixa etária e saber adaptar o ensino para atender a todos, respeitando suas diferenças e ritmos de aprendizagem.

A formação continuada é essencial para os professores se manterem atualizados, aprimorarem suas práticas pedagógicas e desenvolverem novas habilidades ao longo de suas carreiras. A educação é um campo dinâmico, e os profissionais precisam estar abertos a novas abordagens, metodologias e descobertas na área da Educação Infantil. Essa atualização constante contribui para que possam aplicar métodos mais eficazes, adaptados às necessidades das crianças, e acompanhar as mudanças nas teorias educacionais, mantendo-se conectados com as melhores práticas pedagógicas.

A criatividade e a variedade de estratégias são fundamentais para os professores da Educação Infantil. Elas não apenas tornam o aprendizado mais interessante e envolvente para as crianças, mas também atendem às diversas formas de aprendizagem e estilos individuais. A diversificação de recursos e abordagens permite que cada aluno encontre maneiras mais acessíveis e prazerosas de absorver o conhecimento, enriquecendo assim o processo educativo.

As brincadeiras e interações são fundamentais. Elas não apenas proporcionam momentos de diversão, mas são meios essenciais de aprendizado para as crianças. As diretrizes curriculares ressaltam a importância desses elementos, reconhecendo que, por

meio das brincadeiras e interações, as crianças exploram, experimentam, aprendem a conviver em sociedade, desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais, entre outros aspectos essenciais para seu desenvolvimento integral.

O ato de brincar é central no desenvolvimento infantil. É através dessas experiências que as crianças exploram o mundo ao seu redor, exercitam a imaginação, aprendem a interagir e a resolver problemas, desenvolvendo habilidades essenciais para a vida. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca a importância da brincadeira como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo-a como uma atividade vital para a aprendizagem e a construção de conhecimento.

> Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. Isso significa que uma criança que, por exemplo, bate ritmicamente com os pés no chão e imagina-se cavalgando um cavalo, está orientando sua ação pelo significado da situação e por uma atitude mental e não somente pela percepção imediata dos objetos e situações. (BRASIL, 1998, p. 27)

Compreende-se que a imitação e a modelagem de comportamentos são formas pelas quais as crianças aprendem e desenvolvem habilidades. Quando adultos, como pais ou professores, participam ativamente das brincadeiras, eles fornecem um exemplo e um estímulo para que as crianças explorem novas formas de se expressar e de interagir com o ambiente ao seu redor. Isso não apenas promove a imitação, mas também encoraja a imaginação e a criatividade, permitindo que as crianças criem e recriem suas próprias experiências de brincadeira. O papel do professor na educação infantil é crucial para proporcionar um ambiente rico em estímulos que promovam o desenvolvimento holístico das crianças.

Os projetos são excelentes ferramentas pedagógicas. Eles permitem uma abordagem interdisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento, e são adaptáveis para atender às necessidades e interesses das crianças. Por meio dos projetos, os professores podem estimular a curiosidade, promover a investigação, o diálogo e a participação ativa das crianças em atividades que despertam seu interesse e criatividade, além de possibilitar a integração entre conteúdos de forma mais contextualizada e significativa.

> A característica principal dos projetos é a visibilidade final do produto e a solução do problema compartilhado com as crianças. Ao final de um projeto, pode-se dizer que a criança aprendeu porque teve uma intensa participação que envolveu a resolução de problemas de naturezas diversas. Soma-se a todas essas características mais uma, ligada ao caráter lúdico que os projetos na educação infantil têm. (BRASIL, 1998, p. 58)

Integrar diferentes formas de expressão e explorar uma variedade de recursos não apenas torna o conteúdo mais acessível, mas também permite que as crianças experimentem e expressem seu aprendizado de maneiras variadas. Ao oferecer um ambiente de aprendizagem rico e multifacetado, os projetos incentivam a criatividade, a

colaboração e o engajamento das crianças no processo educativo.

Assim, a função do professor na Educação Infantil vai além de apenas transmitir informações. É essencial criar um ambiente propício para que as crianças aprendam por meio da experiência prática e da exploração ativa. Isso pode incluir projetos, atividades práticas, experimentação, jogos, interações sociais e experiências sensoriais que ajudem as crianças a compreender conceitos de forma mais tangível e significativa. Ao participar ativamente dessas atividades, as crianças constroem suas próprias compreensões do mundo ao seu redor, facilitando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. O professor desempenha um papel fundamental ao criar oportunidades para que as crianças se envolvam ativamente no processo de aprendizagem.

Esse é um panorama muito abrangente e importante sobre a estrutura e os princípios que regem a Educação Infantil. É essencial discutir e analisar detalhadamente esses aspectos, pois eles formam a base fundamental para o desenvolvimento integral das crianças nessa fase tão crucial. A compreensão dos dispositivos legais, das diretrizes curriculares e dos recursos disponíveis contribui significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais efetivas e inclusivas, garantindo uma educação de qualidade para as crianças pequenas. Esses pontos são essenciais para a formação dos profissionais e para a estruturação das instituições voltadas à Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CAPÍTULO 7: JEAN PIAGET E A INFÂNCIA

Jean Piaget (1896-1980) foi um dos pioneiros ao explorar como as crianças aprendem e constroem conhecimento. Sua teoria enfatiza a importância da interação ativa da criança com o ambiente para o desenvolvimento cognitivo. Ele destacou estágios específicos de desenvolvimento, nos quais as crianças passam por fases distintas de aprendizado, cada uma com características e habilidades próprias.

Na Educação Infantil, a abordagem piagetiana ressalta a importância de criar ambientes que incentivem a exploração, a experimentação e a interação da criança com diferentes materiais, objetos e situações. Isso permite que elas construam ativamente seu conhecimento, em vez de apenas absorvê-lo passivamente. É uma abordagem que valoriza a curiosidade natural das crianças e sua capacidade de construir significados por meio de suas experiências diretas.

Piaget acreditava que as crianças não eram apenas receptores passivos de informações, mas sim ativamente engajadas na construção de seu conhecimento. Ele identificou estágios específicos de desenvolvimento cognitivo, como o sensório-motor, o pré-operacional, o operacional concreto e o operacional formal. Cada estágio é marcado por diferentes formas de pensamento, percepção e raciocínio, e as crianças passam por essas fases de maneira sequencial e similar, embora em ritmos individuais.

A teoria piagetiana enfatiza que a interação da criança com o mundo ao seu redor é fundamental para o desenvolvimento intelectual. Elas exploram, experimentam, cometem erros e, a partir dessas experiências, constroem ativamente seu entendimento sobre como o mundo funciona. Esse processo de construção de conhecimento é intrínseco ao desenvolvimento cognitivo da criança.

A compreensão do estágio de desenvolvimento em que as crianças se encontram é crucial para oferecer uma educação que atenda às suas necessidades específicas. Considerar não apenas a estrutura do pensamento, mas também fatores sociais, emocionais e físicos é fundamental para criar um ambiente educacional eficaz. A infância é um momento de grande crescimento e adaptação, e uma abordagem educacional sensível a esses aspectos pode promover um desenvolvimento mais completo e saudável para as crianças.

Piaget enfatizou o papel ativo da criança em sua própria aprendizagem e desenvolvimento. Ele viu a criança como um ser curioso, explorador e ativo na busca por compreender o mundo ao seu redor. A partir dessa visão, as escolas de educação infantil passaram a adotar abordagens que valorizam a exploração, a experimentação e a interação das crianças com seu ambiente, proporcionando oportunidades para que elas construam conhecimento por meio de ações físicas e mentais, como investigar, classificar, experimentar e resolver problemas. Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças, permitindo que elas construam seus

próprios entendimentos sobre o mundo ao seu redor.

Ele descreveu os estágios de desenvolvimento cognitivo das crianças em termos de esquemas sensório-motores, que são padrões de atividade mental e física usados para explorar e interagir com o ambiente. Inicialmente, os bebês interagem com o mundo principalmente por meio de atividades sensoriais e motoras simples, como olhar, agarrar e chupar. Com o tempo, essas atividades se tornam mais complexas e os bebês começam a desenvolver esquemas mentais, permitindo que comparem, classifiquem e processem informações de maneiras mais elaboradas. Esse processo de construção de esquemas sensório-motores e mentais é fundamental para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Além disso, Piaget destacou que os esquemas mentais das crianças se tornam mais complexos à medida que elas amadurecem. Inicialmente, elas se envolvem em esquemas mentais simples, como perceber e reagir a estímulos sensoriais. Com o tempo, esses esquemas se tornam mais elaborados, permitindo que as crianças comparem, relacionem e raciocinem sobre as informações que recebem do ambiente. Esse desenvolvimento progressivo dos esquemas mentais é fundamental para a aquisição de habilidades cognitivas mais avançadas ao longo da vida da criança.

O conceito de organização segundo Piaget é a capacidade inata de organizar informações do ambiente, o que é fundamental para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Através desse processo mental, elas categorizam e generalizam suas experiências, aplicando esquemas já adquiridos a situações semelhantes. Isso significa que quando uma criança aprende algo em um contexto específico, como pegar um urso de pelúcia, ela tentará aplicar esse conhecimento a outras situações similares, como ao ver outro objeto parecido com o urso. Essa generalização e aplicação de esquemas a diferentes contextos contribuem para o desenvolvimento cognitivo e a compreensão da criança sobre o mundo ao seu redor.

Os quatro estágios principais no desenvolvimento cognitivo infantil, cada um marcado por características distintas, são:

Estágio Sensório-Motor (0 a 2 anos): Durante esse estágio, as crianças exploram o mundo principalmente através dos sentidos e das ações motoras. Elas desenvolvem noções de permanência de objeto, coordenação entre ação e resultado, e começam a formar representações mentais simples.

No primeiro período do desenvolvimento cognitivo de acordo com Piaget, os bebês se envolvem em atividades sensoriais, como ver, ouvir, tocar, cheirar e provar, enquanto também desenvolvem habilidades motoras básicas, como segurar, agarrar, rolar e eventualmente começar a engatinhar e andar.

Os bebês aprendem sobre permanência de objetos (a noção de que um objeto ainda existe mesmo quando não está mais à vista) e começam a coordenar suas ações com os resultados que observam. Eles desenvolvem lentamente a capacidade de representar mentalmente objetos e eventos, um marco importante no desenvolvimento cognitivo.

Estágio Pré-Operacional (2 a 7 anos): Nesse estágio, as crianças desenvolvem habilidades linguísticas e representacionais. Elas começam a usar símbolos e linguagem para representar objetos e eventos, mas ainda têm dificuldade em compreender a lógica e a perspectiva de outras pessoas.

O estágio pré-operacional é um momento crucial no desenvolvimento da criança, onde elas começam a se envolver profundamente com a linguagem e com a representação simbólica. A capacidade de usar símbolos, como palavras e imagens, é fundamental nesse estágio, pois permite à criança expressar suas ideias e pensamentos.

É nessa fase que elas desenvolvem a capacidade de representação, através da qual podem usar palavras, imagens, desenhos e brincadeiras para simbolizar objetos e situações. Além disso, a imaginação e a fantasia desempenham um papel significativo no pensamento da criança nessa fase, permitindo-lhes criar e explorar diferentes mundos imaginários.

Embora a criança comece a usar símbolos e a expressar suas ideias, Piaget destacou que elas ainda têm dificuldade em entender conceitos abstratos ou lógicos. Sua maneira de pensar ainda é fortemente influenciada por percepções imediatas e situações concretas, e elas podem ter dificuldade em compreender pontos de vista diferentes do delas próprias.

Estágio das Operações Concretas (7 a 11 anos): Durante esse período, a criança começa a entender conceitos mais abstratos e lógicos. Elas conseguem realizar operações mentais concretas, entendem a conservação de quantidade e são capazes de raciocínio lógico sobre eventos reais.

Ou seja, as crianças começam a desenvolver habilidades de raciocínio mais avançadas. Elas adquirem a capacidade de realizar operações mentais mais complexas, como classificação, seriação e conservação de quantidade. Isso significa que podem entender que a quantidade de algo permanece a mesma, mesmo que sua aparência mude.

Nessa fase, as crianças também são capazes de compreender relações espaciais e de realizar tarefas que envolvem lógica e organização. Elas são capazes de seguir regras e entender conceitos de tempo, espaço, volume, entre outros, desde que relacionados a objetos concretos.

É importante ressaltar que, embora desenvolvam habilidades de raciocínio mais avançadas, ainda têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos ou hipotéticos, pois seu pensamento ainda está fortemente baseado em experiências concretas e tangíveis.

Estágio das Operações Formais (11 anos em diante): Nesse estágio, a criança adquire a capacidade de pensamento hipotético-dedutivo. Elas conseguem pensar de forma mais abstrata, considerar possibilidades e consequências de forma mais complexa e entender princípios científicos e filosóficos.

Isso significa que nesse estágio, que se inicia na adolescência e estende-se pela vida adulta, ocorre um avanço significativo no pensamento das pessoas. Elas tornam-se capazes de lidar com conceitos abstratos, hipotéticos e simbólicos. Também conseguem

pensar de forma lógica sobre ideias complexas e realizar operações mentais sem precisar apoiar-se apenas em objetos concretos.

Neste estágio, a pessoa é capaz de realizar raciocínio dedutivo, ou seja, é capaz de criar hipóteses, elaborar estratégias e analisar situações de maneira mais ampla e abstrata. Além disso, pode entender e resolver problemas de forma mais elaborada e complexa.

É importante notar que nem todos os indivíduos atingem esse estágio em seu pleno desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento cognitivo não é linear e contínuo para todas as pessoas, podendo variar de acordo com fatores individuais e contextuais.

Esses estágios representam padrões gerais de desenvolvimento cognitivo, mas é importante notar que cada criança é única e pode progredir através desses estágios em ritmos diferentes.

Piaget atribui o desenvolvimento cognitivo a uma interação complexa entre fatores internos e externos. Ele enfatiza que o desenvolvimento é resultado da maturação biológica da criança (fatores internos) e da interação dela com o ambiente (fatores externos).

Os fatores internos referem-se à maturação biológica, que inclui a genética e a estrutura cerebral. Esses fatores determinam os estágios de desenvolvimento que a criança passará à medida que cresce.

Os fatores externos englobam a interação da criança com o ambiente físico e social. Piaget destaca que a experiência da criança com o mundo ao seu redor, a interação com outras pessoas, o acesso a estímulos, objetos e situações desafiadoras são essenciais para o desenvolvimento cognitivo.

A interação entre esses fatores, tanto internos quanto externos, molda e influencia diretamente o progresso cognitivo da criança ao longo dos estágios de desenvolvimento.

a) A equilibração é um processo fundamental no pensamento de Piaget. Ela representa a forma como a criança lida com os desequilíbrios cognitivos, ou seja, com os conflitos entre suas estruturas mentais existentes (esquemas) e as novas informações que ela encontra no ambiente. Quando uma criança se depara com algo que não se encaixa em seus esquemas mentais existentes, ela experimenta um estado de desequilíbrio cognitivo.

É nesse momento que a equilibração atua: a criança busca ativamente adaptar seus esquemas para acomodar e compreender essa nova informação. Essa busca pela estabilidade cognitiva é um processo ativo e interno, no qual a criança reorganiza suas estruturas mentais, levando ao desenvolvimento de novos esquemas ou à modificação dos existentes.

Esse processo de equilibração é contínuo e progressivo, levando a criança a avançar nos estágios de desenvolvimento cognitivo à medida que ela busca adaptar-se aos desafios que encontra em seu ambiente.

b) o amadurecimento cerebral é um fator interno importante que contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças. O cérebro passa por diferentes fases de crescimento e maturação, influenciando diretamente as habilidades cognitivas e o

processamento de informações.

O ritmo desse amadurecimento cerebral pode variar entre as crianças, e isso pode impactar seu desenvolvimento cognitivo, afetando a transição de um estágio para outro, conforme proposto por Piaget. Dificuldades no amadurecimento cerebral podem levar a desafios no desenvolvimento cognitivo e na aquisição de habilidades específicas associadas a determinados estágios.

É importante ressaltar que essas diferenças no ritmo de desenvolvimento cerebral não devem ser consideradas como limitações fixas, mas sim como elementos a serem considerados na compreensão das singularidades de cada criança. A intervenção adequada, o suporte educacional e o ambiente estimulante podem desempenhar um papel crucial em ajudar as crianças a superar esses desafios e avançar em seu desenvolvimento cognitivo.

c) a transmissão social desempenha um papel significativo no desenvolvimento cognitivo das crianças. Desde tenra idade, elas são expostas a um ambiente social que influencia diretamente suas habilidades cognitivas e conhecimentos. Essa transmissão ocorre por meio da interação com familiares, amigos, professores e até mesmo com o ambiente em que estão inseridas.

Os adultos e os pares desempenham papéis importantes ao ensinar às crianças informações, habilidades e conceitos. Essa interação social proporciona oportunidades para a criança adquirir conhecimento sobre o mundo ao seu redor, aprender novas palavras, compreender conceitos abstratos, desenvolver habilidades sociais e emocionais, entre outras aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento cognitivo.

Além disso, as interações sociais promovem a internalização de valores culturais, normas sociais e padrões de comportamento, moldando a forma como a criança compreende o mundo e interage com ele. Essa troca de informações e conhecimentos no ambiente social é fundamental para o progresso cognitivo da criança. “Piaget sugeriu que os adultos contribuem muito para a progressão das crianças de um estágio para o seguinte através desse tipo de demonstrações informais” (BEE, 2011, p. 170).

Um exemplo clássico de como os pais podem ajudar a criança a compreender e superar um medo irracional: ao demonstrar à criança que olhando embaixo da cama não há monstro, os pais oferecem uma evidência concreta que contradiz a crença fantasiosa da criança. Isso permite que ela confronte e revise suas próprias ideias, ajustando seus esquemas mentais para se alinhar com a realidade observada.

Essa abordagem ajuda a criança a passar por um processo de equilibração, onde ela reconcilia seus esquemas mentais anteriores com novas informações, promovendo assim a compreensão de que suas crenças iniciais não condizem com a realidade. Esse tipo de interação ajuda no desenvolvimento cognitivo ao permitir que a criança internalize e ajuste suas ideias e crenças com base em novas evidências e experiências.

d) As experiências são vitais para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Elas

aprendem ao interagir com o mundo ao seu redor, experimentando, explorando e fazendo descobertas. Cada nova experiência, seja através do contato com pessoas, objetos, situações ou desafios, proporciona à criança oportunidades para aprender, entender e assimilar novos conhecimentos.

O processo de experimentação e observação ativa permite que a criança desenvolva suas habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, a tomada de decisões e a compreensão do ambiente que a cerca. Ao interagir com o meio, ela forma conceitos, comparações, categorizações e constrói seu próprio entendimento sobre o mundo. Essas experiências ajudam não apenas no desenvolvimento intelectual, mas também emocional e social das crianças.

A observação atenta revela que a exploração e experimentação são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Isso destaca a importância de enfatizar, na prática pedagógica das escolas de Educação Infantil, a promoção de atividades práticas que permitam à criança aprender de forma ativa. Por exemplo, ao propor uma atividade envolvendo experimentos sobre o ciclo da água, a professora estimula a participação ativa da criança. Nesse contexto, a criança se envolve diretamente na atividade, buscando compreender o experimento proposto. Assim, a escola se torna um ambiente fundamental que influencia positivamente o desenvolvimento cognitivo das crianças, seja através da interação social ou da experiência prática.

Dessa forma, o desenvolvimento cognitivo das crianças é facilitado por meio de fatores internos, como equilibração e amadurecimento cerebral, e externos, como transmissão social e experiências. Além disso, há outros processos mentais relevantes, como a adaptação.

A adaptação, um processo mental complementar à organização, auxilia na modificação de esquemas que não se adequaram às demandas do ambiente em que a criança está inserida. Ela abrange processos como assimilação, acomodação e equilibração, os quais podem modificar os esquemas, tanto físicos quanto mentais, das crianças. (BEE, 2011).

Quando há um desequilíbrio ou conflito entre a criança e o objeto com o qual interage, ocorre um processo de desenvolvimento de conhecimento. Esse processo envolve tanto a assimilação quanto a acomodação. Na assimilação, a criança é capaz de incorporar novas ideias e conhecimentos aos seus esquemas mentais existentes. Sem uma assimilação ativa, a aprendizagem fica comprometida. Se o professor adotar uma abordagem que considere o aluno como um ser passivo, sem estimulá-lo a participar ativamente, a experiência de aprendizado se torna ilusória, sem efetividade. “Enquanto o aluno não agir por si mesmo, por assimilações e acomodações, reflexionamentos e reflexões e tomadas de consciências, haverá tão somente ilusão, mas não aprendizagem” (BECKER, 2010, p. 35).

Portanto, se o aluno não se engaja ativamente no processo de aprendizagem e não interage com o conteúdo ensinado, é improvável que aprenda. Por isso, a abordagem educacional deve incentivar a participação ativa do aluno na aquisição de conhecimento.

A acomodação, por sua vez, envolve a adaptação do indivíduo para integrar novos conhecimentos, modificando os esquemas mentais existentes para se ajustarem às novas informações. Esse processo leva a criança a alcançar o equilíbrio, uma vez que assimilou e acomodou o conhecimento, integrando-o ao seu repertório mental.

REFERÊNCIAS

BECKER, F. Inteligência e aprendizagem - Jean Piaget: Principais Teses. *In:* **Revista Educação - Jean Piaget.** Coleção História da Pedagogia, n. 1. São Paulo: Segmento, 2010, p. 22-35, 2010.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 12 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

CAPÍTULO 8: LEV VYGOTSKY E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Vygotsky trouxe contribuições significativas para a compreensão do desenvolvimento cognitivo. Ele destacou a importância do ambiente social e cultural no crescimento das habilidades mentais das pessoas. Para Vygotsky, o indivíduo não se desenvolve apenas por meio de processos biológicos, mas sim através das interações sociais e culturais, influenciado pelo contexto histórico e social no qual está inserido.

Braga (2010, p. 22) afirma que “para Vygotsky, o funcionamento psicológico fundamenta-se nas relações sociais, as quais se desenvolvem no interior da cultura (ao mesmo tempo em que constantemente a produzem) e num processo histórico”. Essa abordagem ressalta como as relações sociais, a linguagem e as experiências compartilhadas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e na construção do conhecimento.

A mediação simbólica é um ponto extremamente relevante na teoria de Vygotsky. A linguagem, os símbolos e os instrumentos culturais são ferramentas que não apenas refletem o mundo ao nosso redor, mas também moldam nossa compreensão e interação com ele. Esses símbolos permitem que as pessoas compartilhem experiências, ideias e conhecimentos, facilitando o processo de aprendizagem e possibilitando a compreensão e a interação com o ambiente. “A mediação é um princípio fundamental da teoria histórico-cultural” (BRAGA, 2010, p. 23).

Os objetos e as pessoas também desempenham papéis importantes nessa mediação, pois são fontes de aprendizado e interação, proporcionando diferentes perspectivas e contextos para o desenvolvimento cognitivo.

A transição de funções psicológicas elementares para superiores é central na teoria de Vygotsky. No estágio inicial, a criança depende fortemente de estímulos externos e orientação de adultos para realizar atividades e tomar decisões. No entanto, ao progredir para funções psicológicas superiores, a criança adquire habilidades cognitivas mais avançadas, como o pensamento abstrato, a resolução de problemas e a autorregulação. Isso ocorre por meio da internalização de processos externos, como interações sociais, regras e ferramentas culturais, que se tornam parte do seu repertório mental, permitindo ações mais independentes e autônomas. Esse desenvolvimento é influenciado pelo contexto social, cultural e pelas interações da criança com o meio ao seu redor.

A Zona de Desenvolvimento Proximal é outro importante conceito na teoria de Vygotsky, representando a diferença entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que pode realizar com ajuda de um adulto ou de pares mais experientes. O papel do professor ou de um parceiro mais competente é crucial nesse contexto, pois eles oferecem suporte e orientação adequados para a criança avançar em direção a um novo entendimento

ou habilidade. Ao identificar a ZDP de um aluno, os educadores podem adaptar suas estratégias de ensino, oferecendo desafios que sejam adequados ao nível de habilidade da criança e estimulando-as a ultrapassar suas fronteiras cognitivas atuais.

Na prática educativa, a Zona de Desenvolvimento Proximal se manifesta quando o professor propõe desafios adequados ao estágio de desenvolvimento da criança. Por exemplo, ao introduzir atividades de classificação por cores e formas, o professor está oferecendo um desafio que está um pouco além do que a criança consegue fazer sozinha. Ao fornecer orientação, demonstrações e apoio durante esse processo, o professor possibilita que a criança avance em direção a um novo nível de habilidade. Com a mediação do adulto, a criança é incentivada a explorar, a fazer perguntas, a experimentar e a ampliar seu entendimento, alcançando assim um novo estágio de aprendizado. Essa interação entre professor e aluno na Zona de Desenvolvimento Proximal é essencial para o avanço cognitivo e a aquisição de novas habilidades.

REFERÊNCIAS

BRAGA, E. S. A constituição social do desenvolvimento - Lev Vygotsky: Principais Teses. *In:* **Revista Educação - Lev Vygotsky.** Coleção História da Pedagogia, n. 2. São Paulo: Segmento, 2010, p. 20-29, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins, 1991.

CAPÍTULO 9: HENRI WALLON E A CRIANÇA

Henri Wallon enfatizou a importância dos múltiplos ambientes nos quais a criança está inserida e como esses ambientes influenciam seu desenvolvimento. Para ele, o meio social é composto por diversos contextos - família, escola, cultura - e cada um desempenha um papel crucial no desenvolvimento da criança. Esses ambientes proporcionam estímulos, desafios e experiências que moldam e enriquecem o desenvolvimento da criança. No entanto, é a interação entre esses meios que permite o surgimento de conflitos e situações desafiadoras, promovendo, assim, o desenvolvimento enquanto sujeito. A criança, então, não é apenas um produto direto do ambiente, mas é influenciada por uma rede complexa de experiências e interações.

Wallon valorizava a compreensão das interações sociais e individuais, bem como os processos do cotidiano, como elementos essenciais para entender a complexidade do desenvolvimento humano. A partir de suas experiências em ambientes clínicos, especialmente trabalhando com crianças que enfrentavam distúrbios de comportamento e deficiências neurológicas, Wallon desenvolveu uma compreensão mais profunda das manifestações do psiquismo infantil. Seu livro "A Criança Turbulenta" é uma reflexão valiosa sobre como esses desafios e dificuldades se manifestam no desenvolvimento das crianças e como o ambiente e as interações sociais desempenham um papel fundamental nesse processo.

A abordagem de Wallon foi muito pioneira nesse sentido. Ele reconhecia a importância da interseção entre a Psicologia e a Pedagogia, entendendo que ambas as disciplinas poderiam oferecer contribuições significativas uma à outra. Ao receber graduandos interessados em explorar o desenvolvimento psicológico das crianças, especialmente focando na adaptação escolar e social, Wallon mostrou seu interesse em conectar esses estudos à educação. Ele acreditava que as descobertas em Psicologia poderiam oferecer insights valiosos para aprimorar as práticas pedagógicas, promovendo uma abordagem mais holística no entendimento e apoio ao desenvolvimento infantil.

Foi um crítico ferrenho da ideia de que o desenvolvimento da criança poderia ser compreendido apenas através de uma lente biológica, dissociada do contexto social e das interações que a criança vivencia. Para ele, a vida psíquica e o desenvolvimento biológico são intrinsecamente entrelaçados com as experiências sociais e as relações estabelecidas ao longo da vida da criança.

Ele enfatizou que as interações sociais e as experiências têm um papel relevante no desenvolvimento infantil, moldando não apenas o aspecto biológico, mas também a vida psicológica da criança. Portanto, considerar o ambiente social, as relações interpessoais, as influências culturais e as experiências cotidianas é fundamental para compreender de forma mais abrangente e completa o desenvolvimento da criança.

A ideia de Wallon sobre a relação da criança com o ambiente social e seu

desenvolvimento respalda-se na importância dessa interação desde os primeiros momentos da vida, argumentando que a criança não apenas precisa do adulto para suas necessidades básicas de sobrevivência, mas também para seu desenvolvimento emocional, social e cultural.

Wallon enfatizava que, desde muito cedo, a criança se expressa e interage com o meio por meio de gestos, choros, movimentos corporais e expressões faciais. Essas expressões são formas iniciais de comunicação e interação emocional com os outros, estabelecendo um vínculo entre a criança e seu ambiente. Através dessas interações iniciais, a criança começa a entender as respostas que recebe, o que molda suas emoções e comportamentos posteriores.

Para Wallon, essa linguagem emocional é o primeiro contato da criança com a cultura ao seu redor. Ela aprende a expressar suas necessidades, emoções e desejos e começa a compreender as respostas que recebe do ambiente social, construindo gradualmente sua compreensão sobre o mundo ao seu redor.

Wallon acreditava que o desenvolvimento da criança é profundamente influenciado pelo ambiente ao seu redor. Sua teoria psicogenética se baseava na ideia de que a criança se desenvolve em um contexto social e cultural, e essa interação entre o indivíduo e o ambiente desempenha um papel crucial na formação da personalidade e no desenvolvimento psicológico.

Ele defendia que entender a criança não é possível apenas olhando para seu desenvolvimento biológico isoladamente. Era essencial considerar o ambiente social, as interações familiares, a cultura, as experiências educacionais e as influências emocionais para compreender o desenvolvimento psíquico do sujeito. Assim, ele enfatizava a relação íntima entre o organismo (a criança) e o meio social em que ela está inserida, reconhecendo a importância dessa interação para o crescimento e a formação da personalidade infantil. (ALMEIDA, 2010).

Wallon enfatizava a importância dos estágios iniciais do desenvolvimento da criança, nos quais os atos motores desempenham um papel central. Ele identificou três tipos de atos motores que são fundamentais nessa fase de desenvolvimento:

Atos reflexivos: Aqui, a criança para, pensa antes de agir e reflete sobre suas ações. Isso implica um nível maior de consciência e planejamento antes de realizar uma ação.

Atos involuntários: São ações automáticas, quase instintivas, nas quais não há uma reflexão prévia sobre a ação que será realizada. São movimentos mais automáticos e não conscientes.

Atos voluntários: Nesse estágio, há um avanço no desenvolvimento. A criança começa a realizar ações de forma intencional e planejada, combinando a racionalidade e a autonomia. Isso está ligado ao amadurecimento cognitivo e à capacidade de autodeterminação.

Wallon considerava que esses atos motores são fundamentais para o desenvolvimento

psíquico da criança, já que proporcionam a base para o entendimento do mundo e para a construção de sua autonomia e racionalidade. Ele via a interação entre o desenvolvimento biológico e a influência do ambiente como componentes essenciais para a formação dos atos motores e, consequentemente, para o desenvolvimento global da criança.

Também valorizava bastante a importância das relações emocionais na sala de aula e no processo educacional como um todo. Ele acreditava que a relação entre aluno e professor, baseada na confiança, era fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Essa relação de confiança não se restringe apenas ao aspecto intelectual, mas também ao emocional.

Quando há essa confiança mútua entre professor e aluno, cria-se um ambiente propício para a aprendizagem e o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Mesmo ao impor limites ou ao corrigir comportamentos, o aluno perceberá essas ações como parte do ambiente de aprendizagem, confiando na orientação do professor e entendendo as razões por trás dessas intervenções.

Essa abordagem de Wallon ressalta a importância de considerar não apenas o aspecto intelectual do ensino, mas também o emocional, reconhecendo que ambas as dimensões são essenciais para o progresso educacional e social das crianças.

Neste capítulo reunimos ideias importantes de teóricos como Wallon, ressaltando a importância da Educação Infantil como um ambiente que não apenas ensina, mas também motiva e estimula as crianças. Essa abordagem ativa e interativa é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, refletindo o entendimento do teórico sobre a relevância do ambiente educacional na formação integral das crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Cognição, corpo e afeto - Henri Wallon: Principais Teses. *In:* **Revista Educação - Henri Wallon.** Coleção História da Pedagogia, n. 3. São Paulo: Segmento, 2010, p. 20-31.

MRECH, L. M. Entre a psicologia e a educação. *In:* **Revista Educação - Henri Wallon.** Coleção História da Pedagogia, n. 3. São Paulo: Segmento, 2010, Segmento, p. 32-43, 2010.

CAPÍTULO 10: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS

A linguagem é uma capacidade incrível que os seres humanos desenvolveram para se comunicar e interagir uns com os outros. Ela vai muito além das palavras e inclui uma variedade de formas simbólicas de expressão, permitindo a troca de informações, pensamentos e emoções entre indivíduos. É essa capacidade de comunicação que nos permite compartilhar experiências e construir um entendimento comum do mundo ao nosso redor. Segundo Fiorin (2009, p. 149), "a linguagem é a capacidade de os seres humanos se comunicarem por meio de um sistema de signos. Essa faculdade corporifica-se em línguas, sistemas de signos utilizados por diferentes comunidades linguísticas".

As linguagens variadas são como ferramentas que a criança utiliza para explorar o mundo e compreender tanto a si mesma quanto os outros. Ao experimentar diferentes formas de expressão, como música, linguagem oral e escrita, movimento corporal e outras áreas do conhecimento, ela não apenas amplia seu repertório de habilidades, mas também enriquece sua compreensão do ambiente ao seu redor. Essas diversas linguagens oferecem oportunidades para a criança se expressar, aprender e se conectar com o mundo de maneiras significativas e abrangentes.

Vygotsky (1978) destacava a íntima relação entre pensamento e linguagem, enfatizando que o desenvolvimento da linguagem precede e influencia diretamente o desenvolvimento do pensamento. Para ele, a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um instrumento essencial no processo de internalização do conhecimento. Estimular as crianças a explorar e utilizar diferentes formas de linguagem desde a infância é fundamental para promover não apenas a comunicação, mas também a compreensão do mundo ao seu redor. Essa prática favorece a expressão individual e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

A expressão espontânea é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Ao verbalizarem seus sentimentos, pensamentos e descobertas, elas não apenas aprimoram suas habilidades linguísticas, mas também solidificam e organizam seus próprios entendimentos sobre o mundo. Além disso, ao compartilharem com os outros, elas recebem feedback, novas perspectivas e aprendem a se comunicar de maneira mais eficaz, melhorando suas interações sociais. Essa troca constante é essencial para a construção do conhecimento e o desenvolvimento saudável.

A Educação Infantil é uma etapa relevante para o desenvolvimento das crianças, onde elas começam a explorar ativamente o mundo ao seu redor. O papel do professor é fundamental na criação de um ambiente acolhedor e estimulante, que permita às crianças interagir com diversas formas de linguagem, sejam elas verbais, artísticas, corporais, sonoras, visuais ou matemáticas. Estimular essa interação com as múltiplas linguagens ajuda no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, proporcionando uma base sólida para seu crescimento e aprendizado futuro. Segundo as Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Infantil deve-se garantir experiências que "possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos" (BRASIL, 2010, p. 25).

Através da exploração sensorial, as crianças absorvem uma grande quantidade de informações sobre o mundo ao seu redor. O contato com diferentes texturas, sons, cores, sabores e odores contribui para a compreensão e a internalização de conceitos básicos, além de estimular o desenvolvimento das habilidades sensoriais e cognitivas. Essa exploração ativa dos sentidos desde cedo é crucial para o aprendizado inicial e para a compreensão dos diferentes aspectos do ambiente em que estão inseridas.

O ato de brincar é uma forma poderosa de aprendizagem para as crianças. Ao imitar e representar situações do mundo real, elas internalizam conceitos, exploram papéis sociais, experimentam diferentes perspectivas e aprimoram suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Através das brincadeiras, as crianças expressam suas compreensões sobre o mundo e refletem o que absorveram do seu ambiente e interações anteriores, tudo isso de forma lúdica e prazerosa.

Introduzir as crianças desde cedo ao universo da linguagem oral e escrita é crucial para seu desenvolvimento. Ao proporcionar experiências de leitura e contar histórias, mesmo antes de dominarem a leitura convencional, elas são expostas à sonoridade das palavras, à estrutura narrativa e às imagens nos livros. Isso desperta nelas a curiosidade e o interesse pela leitura, promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento da alfabetização e à apreciação dos livros como fonte de conhecimento e entretenimento. Essas experiências iniciais são essenciais para cultivar o gosto pela leitura desde cedo.

Ao valorizar as múltiplas linguagens, desde a linguagem oral e escrita até as expressões artísticas, corporais e simbólicas, proporcionamos às crianças diferentes formas de se expressarem e se comunicarem. Isso não apenas enriquece sua aprendizagem, mas também fortalece sua autoestima, confiança e habilidades sociais, permitindo que sejam protagonistas ativos em seu próprio processo educacional.

O contato com a linguagem escrita desde cedo é essencial para o desenvolvimento futuro da criança nesse aspecto. Criar um ambiente rico em estímulos escritos na Educação Infantil, como livros, histórias, jogos que envolvam palavras e letras, contribui significativamente para despertar o interesse e o prazer pela leitura e pela escrita.

Além disso, a diversificação das atividades é importante. Explorar música, arte, movimento, matemática e ciências oferece às crianças diferentes maneiras de expressar-se e aprender, permitindo que desenvolvam habilidades em várias áreas. A variedade de linguagens torna o processo educacional mais inclusivo, permitindo que cada criança encontre formas de aprendizado que melhor se adequem ao seu estilo e ritmo de aprendizagem.

Para criar músicas, poemas ou histórias, o professor proporciona um ambiente divertido e estimulante, onde as crianças podem explorar a linguagem de maneira lúdica.

Essas atividades não apenas incentivam a criatividade, mas também contribuem para o desenvolvimento da linguagem, facilitando a compreensão de sons, palavras e estruturas gramaticais. Ao tornar o aprendizado mais envolvente e prazeroso, o professor promove um ambiente propício para o desenvolvimento integral das crianças.

A diversidade de linguagens é fundamental para uma educação completa. A música, artes visuais, dança, ciências e outras formas de expressão são essenciais para estimular habilidades cognitivas, emocionais e sociais nas crianças. Cada uma dessas linguagens oferece oportunidades únicas para explorar o mundo, expressar emoções e promover o desenvolvimento integral dos alunos. Ao integrar essas diferentes áreas no currículo escolar, os professores enriquecem a experiência educacional, tornando-a mais abrangente e estimulante.

Estimular a movimentação e a exploração corporal é essencial para o desenvolvimento das crianças. A dança, nesse sentido, é uma excelente ferramenta educativa na Educação Infantil, pois promove a consciência corporal, a expressão de sentimentos e emoções, além de incentivar a coordenação motora, o equilíbrio e a interação social. Os professores podem integrar atividades lúdicas de dança ao currículo, oferecendo oportunidades para que as crianças explorem livremente seus movimentos e descubram novas formas de expressão, tornando o aprendizado mais dinâmico e enriquecedor.

> Explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças podem ser realizadas de forma individual, em duplas ou em grupos, sendo essas duas últimas as formas mais comuns. Diferentes de outras práticas corporais rítmico-expressivas, elas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas. (BRASIL, 2017, p. 176)

Criar um ambiente que propicie essa liberdade de movimento na sala de aula pode ser muito benéfico. Além de garantir um espaço físico adequado, o professor pode introduzir músicas e atividades que envolvam movimentos diferentes, incentivando as crianças a explorarem seus corpos de forma criativa e divertida. Isso não apenas promove a consciência corporal, mas também estimula a coordenação motora e o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Há atividades que são ótimas para estimular a coordenação motora e a percepção rítmica das crianças. O ritmo da música pode ser uma ferramenta poderosa para engajar os alunos e criar um ambiente divertido. Além disso, ao seguir os movimentos da professora, as crianças aprendem através da imitação, desenvolvendo habilidades motoras e visuais. Esse tipo de atividade não apenas incentiva a interação entre os alunos, mas também os estimula a se adaptarem a diferentes ritmos e velocidades, contribuindo para um aprendizado lúdico e envolvente.

Ao usar diferentes objetos como instrumentos musicais improvisados, como latas e

garrafas PET, as crianças podem explorar os sons que esses materiais produzem e criar ritmos variados. Isso não só estimula a criatividade, mas também fortalece a capacidade de acompanhar um ritmo e seguir instruções auditivas. Essas atividades podem ser muito divertidas e envolventes para os alunos, além de serem uma forma acessível de introduzir o conceito de música na sala de aula. Essa é uma excelente ideia para promover a interação entre as crianças e trabalhar coordenação motora e percepção rítmica.

O uso de elásticos e objetos diversos cria desafios interessantes para os movimentos das crianças, incentivando-as a se mover de maneiras diferentes e criativas. Além disso, explorar expressões faciais e gestos ajuda na comunicação não verbal e na compreensão das emoções. O professor pode transformar essas atividades em jogos lúdicos, incentivando a participação ativa e proporcionando um ambiente divertido e educativo. Essas atividades são excelentes para promover a coordenação motora, o equilíbrio e a consciência corporal nas crianças.

> O movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio de gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo. A dimensão corporal integra-se fortemente ao conjunto da atividade da criança. Segundo Wallon (1996), o ato motor faz-se presente em suas funções expressivas. (JORGE, 2003, p. 97)

É incrível ver como a música é um recurso tão poderoso na Educação Infantil. Ela não apenas entretém, mas também promove uma série de aprendizados para as crianças. Cantar, dançar e se expressar por meio da música estimula habilidades motoras, coordenação, expressão emocional e linguagem. Além disso, o momento musical pode ser uma oportunidade para explorar ritmos, sons, desenvolver a percepção auditiva e incentivar a socialização entre as crianças. O envolvimento delas nesse universo musical proporciona uma jornada rica em aprendizado e diversão.

A música na Educação Infantil é um recurso pedagógico poderoso. Ela envolve múltiplos aspectos do desenvolvimento infantil, estimulando não apenas a linguagem oral, mas também a coordenação motora, a socialização, a criatividade e a percepção sensorial. Além disso, as atividades musicais permitem uma abordagem lúdica e interativa, facilitando a absorção de conteúdos variados, como o reconhecimento das partes do corpo, a identificação de sons, a associação de ritmos e até mesmo o aprendizado de conceitos mais complexos de forma mais leve e divertida. A música se torna um recurso cativante para a aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

A roda de conversa é uma prática incrível na Educação Infantil! Ela promove um espaço acolhedor para que as crianças compartilhem suas experiências, emoções e descobertas. É um momento valioso para desenvolver habilidades de comunicação, expressão oral, escuta atenta e interação social. Além disso, ao encorajar as crianças a compartilharem suas vivências, a roda de conversa ajuda a fortalecer os laços afetivos entre elas e com a professora, criando um ambiente propício para o aprendizado e o

desenvolvimento integral. Essa prática não só estimula a linguagem oral, mas também promove a autonomia, o respeito às opiniões dos colegas e o senso de pertencimento ao grupo.

> Um grupo de oito crianças, meninos e meninas de cinco e seis anos, estão à volta da mesa ilustrando uma história que anteriormente havia sido contada pela educadora. [...] Em uma ponta da mesa, estava Maria Eduarda que falava sem parar: comentava a atividade que estava a fazer, indagava os colegas, fazia referência à história que ilustravam, contava coisas vividas ali e em casa. (DE ANGELO, 2002, p. 66)

A roda de conversa é uma prática essencial na Educação Infantil, pois oferece um espaço seguro e encorajador para que as crianças compartilhem suas experiências, pensamentos, emoções e novidades do cotidiano. Esse momento promove a expressão oral, a escuta ativa e o desenvolvimento da linguagem, além de incentivar a interação social entre os colegas e a construção de vínculos com os professores. Através dessa vivência diária, as crianças aprendem a se comunicar, a compreender a importância de expressar e ouvir diferentes pontos de vista. É uma prática que estimula a autonomia, a confiança e o desenvolvimento socioemocional dos pequenos.

O envolvimento das crianças em atividades artísticas, como dramatizações, não apenas amplia suas habilidades expressivas, mas também promove o desenvolvimento de diferentes aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Ao dramatizar uma história, por exemplo, as crianças têm a oportunidade de mergulhar no enredo, entender os personagens e seus sentimentos, além de exercitar a criatividade ao criar suas próprias versões da narrativa. Essas atividades não apenas fortalecem a compreensão da história, mas também incentivam a cooperação, o trabalho em equipe e a autoconfiança à medida que as crianças expressam suas ideias e emoções de maneira lúdica.

> Teatro e Educação deveriam ser inseparáveis, visto que, por meio da Arte Cênica, o educando amplia a sua capacidade de pensar, de criar e recriar sua própria vivência, sempre partindo de dados concretos e ambientados num contexto contemporâneo e social. Ao inserir o Teatro no meio escolar, é possível oportunizar aos alunos o desenvolvimento de suas capacidades. O objetivo é trabalhar o aluno como uma pessoa inteira, com sua afetividade, sua percepção, sua expressão, sua criatividade e sua sensibilidade, favorecendo, assim, a ampliação de seus referenciais de mundo. (DOLCI; CZAMESKI, 2019, p. 61)

A linguagem artística oferece à criança a oportunidade de explorar e expressar sua compreensão do mundo de uma forma única e criativa. Através das artes visuais, do teatro, da música e do movimento, as crianças são incentivadas a experimentar, criar e interpretar, possibilitando uma compreensão mais profunda e significativa do que estão aprendendo. Isso também permite que elas explorem perspectivas diferentes, desenvolvam habilidades de resolução de problemas e fortaleçam a capacidade de expressar suas emoções e pensamentos de maneiras variadas e imaginativas. A linguagem artística oferece um

espaço valioso para a criança integrar o que aprende com suas próprias experiências, enriquecendo seu aprendizado de maneiras multifacetadas.

Ao encorajar as crianças a expressarem livremente seus pensamentos, emoções e ideias por meio das linguagens artísticas, estamos dando a elas a oportunidade de desenvolverem sua autonomia e identidade. Esse processo de expressão pessoal não apenas fortalece sua autoconfiança, mas também estimula a reflexão crítica sobre o mundo ao seu redor. Ao se envolverem em atividades artísticas, as crianças aprendem a tomar decisões, a expressar suas preferências e a explorar novas maneiras de ver e interpretar o mundo, desenvolvendo, assim, habilidades essenciais para se tornarem indivíduos independentes e pensantes.

> Uma proposta de artes visuais na educação infantil deve levar em consideração a característica lúdica do ato de criar, desenhar, pintar, modelar e construir são, para a criança, brincadeiras com lápis, papel, tinta etc. A ação de criar é, assim como brincar, uma ação investigadora, que procura o tempo todo alargar os limites da percepção que a criança tem do mundo e de si mesma. (FERREIRA, 2003, p. 144)

É maravilhoso observar como todas essas interações, colaboração e compartilhamento de ideias enriquecem a experiência educativa. Ao dar espaço para os conhecimentos e perspectivas dos alunos, o processo educativo se torna mais inclusivo e reflexivo. Isso não apenas fortalece a participação ativa do aluno, mas também fomenta um ambiente onde diferentes pontos de vista são valorizados. Ao se envolverem em discussões, colaborações e reflexões, os alunos não somente absorvem conhecimento, mas também o internalizam, aplicam-no a situações reais e expandem suas habilidades críticas e reflexivas. Essa abordagem contribui para formar estudantes engajados e participativos em seu próprio aprendizado.

Assim, o teatro é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento pessoal das crianças, permitindo que elas explorem suas habilidades, reconheçam suas singularidades e ganhem confiança. Quanto à matemática, integrar esse conhecimento ao cotidiano das crianças é uma estratégia eficaz. Ao relacionar conceitos matemáticos simples com atividades práticas, como a comparação de tamanhos entre as crianças, o professor pode estimular o pensamento lógico e o entendimento dos princípios matemáticos de uma forma envolvente e tangível para os alunos. Isso torna a aprendizagem da matemática mais significativa e contextualizada, além de desenvolver habilidades de observação e comparação.

A utilização de materiais concretos e cotidianos, como tampinhas e palitos, é uma maneira excelente de tornar os conceitos matemáticos mais tangíveis e visuais para as crianças. Ao engajar os alunos em atividades práticas e sensoriais, eles não apenas compreendem os conceitos abstratos de maneira mais eficaz, mas também desenvolvem habilidades de resolução de problemas, raciocínio lógico e capacidade de análise. A música, inserida nesse contexto, pode oferecer um ambiente lúdico e estimulante para a exploração

e aprendizado desses conceitos matemáticos. É uma maneira divertida e envolvente de integrar diferentes áreas do conhecimento. (ÁVILA; SILVA, 2003).

Diferentes atividades são ótimas para estimular o raciocínio matemático das crianças. A árvore dos números e a roleta com pregadores de roupa proporcionam maneiras visuais e táteis de relacionar números e quantidades, além de envolver habilidades motoras ao manipular os objetos. Esse tipo de atividade prática e interativa ajuda as crianças a internalizarem conceitos matemáticos de maneira divertida, contribuindo para o desenvolvimento de noções de contagem, correspondência numérica e noções espaciais.

Portanto, é incrível como as múltiplas linguagens oferecem um mundo vasto para as crianças explorarem e se expressarem. Os professores têm um papel fundamental em apresentar e incentivar essas diferentes formas de comunicação, permitindo que as crianças desenvolvam suas habilidades de maneira ampla e diversificada. Ao criar um ambiente propício e acolhedor para o uso dessas linguagens, os educadores estão promovendo não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. B.; SILVA, K. B. A. A música na Educação Infantil. *In:* DIAS, M. C. M. *et al*. **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC/SEF, 2017.

DE ANGELO, A. **Diário de pesquisa de campo.** Porto: PPGE-UP, 2002.

DOLCI, L. N.; CZAMESKI, P. A. A linguagem teatral no ambiente escolar. *In:* BERSCH, A. A. S. *et al.* **As múltiplas linguagens na educação das infâncias: experiências de ensino e aprendizagens compartilhadas.** Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2019.

FERREIRA, P. N. Artes visuais na educação infantil. *In:* DIAS, M. C. M.; NICOLAU, M. L. M. *et al.* **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 148-165, jun. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2009000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 mar. 2021.

JORGE, L. S. Roda de histórias: a criança e o prazer de ler, ouvir e contar histórias. *In:* DIAS, M. C. M.; NICOLAU, M. L. M. *et al.* **Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in society:** The development of higher psychological processes. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

DAMARES ARAÚJO TELES - Organizadora Doutorado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2020). Mestrado em Educação - PUC/SP (2018). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2015). Especialista em Docência do Ensino Superior e Libras pelo Instituto Qualifique (2016). Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (2020). Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Instituto Prominas (2021). Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) pela Faculdade Única (2022). Curso de ABA e Estratégias Naturalistas para Autismo e Atrasos do Desenvolvimento pelo Instituto Singular (2021). Experiência no Ensino Superior como docente na Universidade Paulista (UNIP), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Associação Sequencial de Ensino Superior - Faculdade Sequencial. Principais temas de atuação: Língua Brasileira de Sinais, Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino de Ciências, Psicologia da Educação, Política e Organização da Educação Básica, Metodologia Científica, Alfabetização e Letramento, Didática, Educação Infantil, Avaliação da Aprendizagem, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Sociologia da Educação, Filosofia e Trabalho de Conclusão de Curso. Foi professora conteudista da Unigranrio na produção de disciplinas EaD. Atua no Grupo de Pesquisa - Currículo: questões atuais, coordenado pela professora Dra. Mere Abramowicz. E no grupo de pesquisa Educação Infantil e Brincar coordenado pela professora Dra. Neide de Aquino Noffs. É editora de seção da Revista e-Curriculum da PUC/SP. Autora do livro infantil "O valor da simplicidade de um macaquinho" e do livro "Janelas para o Mundo: olhares sobre o Currículo em tempos de pandemia". Atualmente é diretora do Núcleo de Educação Infantil Municipal Teodoro Quirino em Bertioga – SP.

Damares Araújo Teles

A INFÂNCIA E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS



Atena Editora

Ano 2023

Damares Araújo Teles

A INFÂNCIA E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS



Atena Editora

Ano 2023